



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL — PEC 241/16 — NOVO REGIME FISCAL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1062/16	DATA: 31/08/2016	
LOCAL: Plenário 10	INÍCIO: 09h58min	TÉRMINO: 13h11min	PÁGINAS: 72

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RAUL VELLOSO - Economista. SAMUEL PESSÔA - Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia — IBRE da Fundação Getulio Vargas — FGV.

SUMÁRIO
Debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 241-A, de 2016, do Poder Executivo, sobre a instituição do Novo Regime Fiscal. Deliberação dos itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve intervenções ininteligíveis. Há palavra ininteligível. Há orador não identificado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 241-A, de 2016, do Poder Executivo.

O Deputado Danilo Forte, Presidente da Comissão, teve que fazer uma viagem e me pediu que o substituísse, e, em nome dele, quero dar as boas-vindas aos nossos convidados.

Convido o nosso nobre Relator, o Dr. Samuel Pessoa e o Dr. Raul Velloso a tomarem assento à mesa.

Comunico que foram recebidos os seguintes expedientes, que considero lidos: Ofício nº 183, de 2016, da Liderança do PSB, recebido em 29 de agosto, que indica os Deputados Danilo Cabral e Luciano Ducci para suplentes desta Comissão Especial; Ofício nº 129, de 2016, da Liderança do PSC, recebido em 30 de agosto, que indica o Deputado Evandro Gussi para suplente da Comissão Especial; Ofício nº 84, de 2016, da Liderança do PHS, recebido em 30 de agosto, que desliga o Deputado André Amaral e indica o Deputado Marcelo Aro para titular desta Comissão; Ofício nº 308, de 2016, da Liderança do PP, recebido em 30 de agosto, que indica o Deputado Julio Lopes para suplente desta Comissão Especial.

Daremos início à audiência pública, agradecendo mais uma vez a presença dos nossos convidados: o Sr. Raul Velloso, economista reconhecido, renomado, especialista em finanças públicas, e o Dr. Samuel Pessoa, da mesma forma muito prestigiado, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Para melhor andamento dos trabalhos, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada convidado disporá de até 20 minutos para sua exposição; durante suas falas, não poderão ser aparteados; e, finalizadas as apresentações, concederemos a palavra primeiramente ao Deputado Darcísio Perondi, nosso Relator, e depois seguiremos a lista de inscrição, que já está à disposição dos Deputados que quiserem assiná-la.

Dando início à terceira audiência pública realizada por esta Comissão, passamos a palavra ao Sr. Raul Velloso, que disporá de 20 minutos, ou mais se necessário, para sua exposição.



O SR. RAUL VELLOSO - Deputado Silvio Torres, Presidente desta Mesa de hoje, Deputado Darcísio Perondi, que deve chegar a qualquer momento, meu colega Samuel, que já está aqui, Srs. Deputados e demais participantes desta audiência, eu espero, nos meus 20 minutos, cobrir os principais pontos que me parecem relevantes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para isso, queria tentar colocar que o ponto central da minha percepção deste assunto é que nós, aqueles que acompanham as contas públicas, custamos muito a ver que no Brasil existe uma dinâmica bastante desfavorável à evolução dos itens que compõem as finanças do gasto e da receita, e eventualmente isso pode trazer — certamente trouxe e vai trazer — problemas para efeito dessa gestão, criando uma situação que pode se tornar insustentável do ponto de vista macroeconômico. Este é o ponto que vivemos: uma situação de insustentabilidade. Tanto é assim que coloquei nesta apresentação o título *Desastre fiscal, necessidade de reformas e a inevitabilidade do teto do crescimento dos gastos*.

Nós temos hoje uma situação insustentável, que configura o que chamei de “desastre fiscal”. Essa situação requer reformas; e reformas, como sabemos, são difíceis de ter sua tramitação e aprovação. Por isso é que aparece o que chamei de “inevitabilidade do teto do crescimento dos gastos”.

As reformas levarão um tempo, e é preciso haver uma solução que sirva como uma espécie de âncora para esse processo. Eu vejo o teto dos gastos como uma âncora indispensável, enquanto se discutem as reformas.

O que eu estou dizendo é que nós temos um sistema que produz automaticamente um forte crescimento dos gastos. Isso não ocorre independentemente, mas também sem muita amarração com o que ocorre na economia.

O nosso sistema, que vamos ter que mudar no final, produz aumento de gasto o tempo todo. Aqui está em percentagem do PIB, para mostrar a gravidade desse crescimento. Eu não estou falando de valores nominais. Essa é uma forma muito mais precisa de se medir a força do crescimento. O ponto é que o gasto não pode crescer *ad infinitum*, como vem crescendo, e com a automaticidade com que ele vem crescendo.



Uma maneira simples de mostrar é que a receita, no mesmo período, não acompanhou esse crescimento. Quanto mais longo for o período, mais fácil fica ver que a receita não consegue acompanhar o crescimento. O fato de ela não conseguir acompanhar gera a necessidade de um aumento do endividamento, que, em determinado momento, se torna proibitivo, começa a aumentar o risco do país. E isso ocorreu recentemente.

Vejam que o risco vinha mantendo certa estabilidade. Subiu muito no final de 2014 e início de 2015 até o início deste ano. Quando houve a perspectiva de mudança, que estamos no momento vivendo, o risco voltou a cair. Essa é uma forma de relacionar o resultado fiscal com que o que ocorre no resto da economia. Mas eu imagino que Samuel vá falar sobre isso mais do que eu. Vou me ater às questões mais específicas do gasto.

Uma das formas de transmitir a crise na economia é pela subida do risco, o que resulta diretamente na queda do resultado primário, que é a parcela usada para manter a dívida sob controle. Depois há a explosão da dívida. E no final, a economia, através da explosão da dívida, entra em crise. É isso que nós estamos vivendo, em parte ou em boa parte, hoje, e é o que precisamos evitar.

Esse lado eu vou deixar para Samuel, que, imagino, tratará da questão, para não discutirmos, simultaneamente, tudo. Então, vou lhe deixar um espaço.

Não posso deixar de mostrar a queda recente do PIB, que já é resultado, em boa medida, disso. Mas quero que os senhores vejam o seguinte: vamos buscar o diagnóstico. Eu vejo a essência do diagnóstico por trás daquela história de o gasto sempre subir, e a receita nem sempre conseguir subir. Olhando direto para o gasto, é o seguinte: o gasto público no Brasil, por conta do que está por trás, é pró-cíclico, com a simetria desfavorável. Eu não vejo outro jeito de dizer, mas, obviamente, vou explicar: ele é pró-cíclico e, mais detalhadamente, muito pró-cíclico na fase ascendente do ciclo. O que isso quer dizer?

Quando a economia está crescendo, o gasto tende a crescer mais do que a economia, e a ser levemente pró-cíclico na fase descendente. E quando a economia cai, ele cai, mas cai menos do que a economia. Ou seja, a simetria é desfavorável por isso. Na hora em que eu preciso dessa “pró-ciclicidade” — se é que existe essa palavra —, eu não consigo por causa dessa característica.



Há um mecanismo de defesa simples, antes de explicar o detalhe. Na hora em que a economia desaba, os donos do gasto fazem de tudo — essa é uma forma simples de explicar — para defender a sua parte. Na realidade, vai mais longe do que isso. Em compensação, a receita é fortemente pró-cíclica na fase ascendente só em momentos muito especiais. Então, fora desses momentos muito especiais, a receita não acompanha a “pró-ciclicidade” do gasto. Quando a economia está subindo, o gasto sobe muito mais. E a receita, a menos que seja em momentos especiais, não sobe. Isso mostra que nós estamos diante de uma situação que se tornará insustentável em algum momento. Portanto, nós temos que alterar isso, reduzir essas características.

Basicamente, quando nós olharmos para a composição do gasto, vamos ver que isso exige reforma. Mas, como eu disse, nós não podemos esperar pelo resultado das reformas. Eu vejo essas medidas como âncoras de transição. Essa é claramente uma âncora de transição. É necessário adotar isso enquanto se faz a transição dada pelas reformas. É assim que eu vejo a coisa, olhando-a no curto prazo. Para explicar, o que há por trás disso?

Isso é o que explica a característica que mostra a insustentabilidade, a não ser que nós tenhamos condições de garantir que a economia não tenha ciclos. Se a economia crescesse regularmente todo ano, nós conviveríamos bem melhor com isso. Mas, na hora em que se tem um período como o que tivemos agora, por erros de política econômica, basicamente — todo o mundo está sujeito a cometer erros, erros fortes, pesados, que causam, como causaram, a pior recessão da história do País —, nós temos um problema muito grande.

Nessa fase em que a economia vem para trás, o gasto se mantém, e a arrecadação desaba. Aí nós enfrentamos uma crise fiscal com aquelas pinturas que eu falei no início. Nós estamos mal e precisamos dar uma solução. Na verdade, esse problema só não apareceu antes, com mais clareza, porque nós nunca tivemos uma recessão tão forte. O que existe por trás? Quais as características do gasto? O que faz o gasto ser assim?

Por trás, nós temos o que eu chamo de uma grande folha de previdência e assistência social. Isso é o que está lá no gasto, o que faz com que a despesa



cresça muito, sempre. E há várias vinculações de receitas que também produzem esse resultado.

Quando eu vi isso lá atrás, ainda não havia a DRU. Por acaso, eu tenho de mencionar que a DRU foi ideia minha. Faltava dinheiro para pagar pessoal em um determinado instante do tempo, e isso induzia o crescimento dos itens que eram protegidos por receitas cativas. Isso fomentava o crescimento desses itens. Foi daí que surgiu a ideia de se fazer uma desvinculação das receitas, a fim de ter mais dinheiro para distribuir de forma equilibrada no Orçamento. Mas, com a demografia agindo contra nós, quando se tem uma grande folha de previdência e assistência, a DRU acaba ficando inoperante, e os déficits vêm, porque a folha vai crescendo, independentemente das receitas cativas que haja para ela.

Outro ponto que sempre devemos ter em mente é que nós temos um problema de longo prazo hoje causado pela demografia, além das regras que estão em vigor. A demografia faz com que o gasto dessa grande folha de previdência e assistência cresça muito. Com a demografia agindo contra nós, há uma pressão que se mostra daquela forma que eu disse, e a receita, na hora em que eu trago a economia, não consegue dar conta de administrar.

Vamos ver aqui os dados para entender um pouco melhor isso. Se pegarmos o período entre 2004 e 2008, tudo aqui são taxas acima do IPCA. O crescimento do gasto foi de 8,7% ao ano, em média; a receita cresceu 8,9% nesse período. Esse foi um momento especial em que o PIB cresceu muito para os padrões recentes do Brasil, e a receita cresceu quase duas vezes o crescimento do PIB. Isso aqui não se repete. O normal não é isso. Por que ocorreu isso?

Houve um grande movimento de formalização de mão de obra e outros fatores, não cabe aqui eu explicar. Isso fez a receita crescer. Estão vendo esse “e”? É um fator multiplicador em cima do PIB. Então, a receita cresceu 1,75 vezes em relação ao PIB. E aí, o que aconteceu? Receita e gasto cresceram mais ou menos na mesma taxa. Como nós estávamos ainda num período em que havia equilíbrio, então o equilíbrio se manteve durante alguns anos. Quando olhamos para o período seguinte, vemos que, apesar da economia, a receita acaba crescendo. Não sabemos direito qual vai ser o crescimento do PIB, de 2008 para cá, porque nós estamos tendo 2 anos de muita queda, de muita oscilação, mas — sei lá — vai cair



para 1% ou 2% em média, com tantas taxas negativas. A receita acaba crescendo de forma muito parecida ou um pouco acima do crescimento do PIB. Já a despesa, ela se mantém em taxas mais elevadas.

Portanto, o 8,9% cai na fase descendente do ciclo; o 6,2% faz o gasto crescer muito próximo do que crescia na época de bonança; e a receita não vai acontecer, com estamos vendo. Com isso, aparecem os resultados ruins. Se fosse para garantir que o mundo seria apenas este aqui, o gasto poderia crescer muito, a receita poderia crescer muito, e, no final, tudo daria certo. Esse mundo, infelizmente, não existe, e nós temos que viver com essa possibilidade de alternância de situações em que o gasto cresce bem mais do que a receita. Aqui aparecem os buracos, o crescimento da dívida e a perturbação da economia.

Com esse período recente, a dívida já explodiu — foi aquele primeiro gráfico que eu mostrei. Então, bastou esse período para causar esse ruído na economia. Quando eu olho para o futuro, temos de olhar para o futuro, o que vai acontecer com o gasto vai depender do que se aprovar este ano. Mas, se eu deixasse do jeito que estava, a média de um período longo seria algo entre 6 e 9, em tese, se fosse possível.

A receita, vamos imaginar. É nesse ponto que está o drama, aquilo que Samuel certamente vai comentar. As perspectivas de crescimento da economia brasileira hoje, quando olhamos para frente, não são muito favoráveis. Então, ninguém consegue projetar mais do que 2,5%. Imaginem uma elasticidade de 1, o que é tido como o mais normal, se a receita crescer na mesma taxa que o PIB, na base de 2,5%, nós estamos quebrados. Qualquer coisa que o gasto crescer acima de 2,5%, a quebradeira atual se multiplicará. Ou seja, isso aqui é inviável, daí o ponto de interrogação.

É o seguinte: olhando para frente, vamos dizer que não há quem consiga ver o PIB crescendo mais de 2,5%, em média, em um período longo. Isso é uma discussão à parte. O Brasil está perdendo substância, por uma série de erros que nós cometemos. Aceitem que o País não vai crescer 3%, não vai crescer 5%, vai crescer menos. Como a receita não vai crescer muito mais do que isso, e a despesa, na pior hipótese, crescerá 6%, nós já estamos quebrados. O que eu estou dizendo é



que as pessoas que olham para o futuro estão vendo que, se não houver mudança, o Brasil estará superquebrado — isso olhando para frente.

É por isso que eu digo que nós temos que alterar o que faz aquela despesa subir.

A coisa aqui é muito simples: um pouco mais de 70% do gasto da União é com pagamentos a pessoas, o grosso disso é previdência e assistência. As pessoas não sabem, mas, no Brasil, mais da metade da população brasileira recebe algum pagamento do Orçamento da União. Esses pagamentos têm a seguinte característica: liquidamente, é positivo, entra mais gente do que sai. Eles recebem certo pagamento, que, numa certa medida, é reajustado acima da inflação, e na outra medida, pelo menos junto com a inflação.

Então, na hora em que se adiciona o crescimento do número de pessoas ao crescimento, às vezes real, do pagamento que elas recebem, isso faz com que o gasto, que é de 70%, cresça automaticamente acima da inflação e perpetue essa situação. Daí é fortemente pró-ciclo na fase ascendente e levemente pró-ciclo na fase descendente. Fundamentalmente, está é a razão, o fato de nós termos uma estrutura de gastos que é fundamentalmente calcada em pagamentos a pessoas.

Tenho mais 2 minutos para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O senhor pode ficar à vontade. O senhor pode falar por até 3 minutos.

O SR. RAUL VELLOSO - Eu não posso deixar de mostrar este quadro, que vai explicar o que eu disse e que as pessoas não olham direito.

Nós estamos vivendo um processo de aumento da rigidez do gasto, que é um processo de aumento do peso do que eu chamo a grande folha de pagamento.

Os senhores estão vendo, em 1987, essa linha azul, é o que eu chamo de a grande folha de pagamento. Em 1987, 39% do gasto era com isso que eu chamo de a grande folha. Em 2002, os 39% já tinham virado 72%. Por último, em 2015, como o Governo que está, em princípio, saindo fez muitos outros gastos, e aumentou a base de comparação, os 72% viraram 70%. Eu vou explicar um pouco mais aquilo ali. Mas o ponto para o qual eu queria chamar a atenção dos senhores é o seguinte: o grosso do gasto da União é composto pelos pagamentos a pessoas, os senhores podem olhar: o pessoal ativo, os inativos e pensionistas, os beneficiários do INSS



que recebem acima de 1 salário mínimo ou igual a 1 salário mínimo, os abonos, o seguro-desemprego, os beneficiários da LOAS, a renda mensal vitalícia e o Bolsa Família. Esses itens foram ganhando peso com o passar do tempo e, como eu falei, chegaram a 70%.

Se olharmos para 1987 — separei o item investimento, excluindo educação, saúde e o Minha Casa, Minha Vida, que muitos incluem aqui, eu os deixei separados em outros índices —, basicamente era infraestrutura. Esse item pesava 16%, hoje pesa 3,4%. Houve uma opção de fazer pagamentos a pessoas, manter um mínimo em educação e saúde e não fazer investimentos.

O item demais correntes, que eu chamo de resíduo, que saiu de 37% para 8,2%, no último ano foi para 15,6%, porque o Governo que estava aí resolveu mudar um pouco, ou seja, manteve a mesma ênfase na grande folha, mas passou a gastar mais em outros itens que foram introduzidos.

Eu destaco o Programa Minha Casa, Minha Vida; o FUNDEB; a desoneração; o auxílio à CDE, que é o subsídio para a energia elétrica; a Lei Kandir; e o principal item são os subsídios e as subvenções, que são basicamente os subsídios creditícios junto ao BNDES.

Houve uma mudança não no sentido de diminuir esses itens para entrarem outros. A mudança fez com que continuasse a ênfase naqueles outros, mas trouxe novos itens. Se, antes, já havia uma tendência ao crescimento do gasto, daquele jeito que eu mencionei, nesse ano ou em outros anos, ainda adicionei lenha na fogueira e trouxe itens novos de peso.

Eu vou repetir só o que eu disse em relação a isso, para V.Exas. entenderem por que sempre cresce e por que tem que mudar.

O que acontece? Como evoluiu esse item? Evolui pelo número líquido de pessoas que são credenciadas nesses programas, adicionando-se o crescimento real do pagamento que eles recebem. Pensem: isso quase não tem nada a ver com macroeconomia, com inflação. Como há um processo de credenciamento permanente, então haverá um crescimento real permanente. Se eu pago até mais do que a inflação para quem recebe, é o caso dos que ganham 1 salário mínimo, ainda tenho que adicionar o crescimento do número de pessoas, que às vezes se chama



crescimento vegetativo. Ou seja, em mais de 70% da folha da despesa, eu tenho um crescimento garantido que precisa ser mudado.

Nós também precisamos rever esses itens novos que entraram, à medida que há itens reconhecidamente prioritários, como educação e saúde, que estarão na disputa. O que fazer? Enquanto não consigo fazer as reformas que alterem a situação nesses grupos, teremos de atuar em última instância, seja na correção daquilo que é corrigido acima da inflação, seja na entrada do número de pessoas.

Eu gostaria de mostrar como isso é sério e que nós não podemos brincar com isso. Em 2012, eu e alguns colegas fizemos um estudo que mostra que essa grande folha, se não fizerem nada em termos de percentagem do PIB, dobrará de tamanho até 2040. Esta é uma simulação que nós fizemos. Ela é afetada basicamente pela evolução da demografia, que é desfavorável.

Não se trata apenas de comandar um crescimento permanente do gasto, a economia já não dá mais conta de pagar. A história da receita, da qual falei, é uma demonstração de que a economia não dá mais conta de pagar. Se nós não fizermos nada, essa situação tende a se agravar fortemente. Até 2040, é garantido que dobrará o tamanho em percentagem do PIB e não haverá como pagar isso. A alternativa disso é hiperinflação, para corroer os valores, como já aconteceu no passado.

O Governo que estava aí, em vez de tratar desse problema, adicionou mais ingredientes e tornou a situação muito difícil. Tanto que agora, mesmo com a proposta dessa âncora, que é o conhecimento do teto do gasto, nós vamos levar algum tempo para voltar ao equilíbrio.

Eu digo aos senhores que, no Brasil, teremos de convencer as pessoas que financiam a dívida de que vale a pena esperarmos um pouco, porque, mesmo com essa proposta do teto do gasto, ela tem um efeito relativamente limitado ao que se imagina que a evolução da dívida deveria exigir.

Por isso, eu acho inevitável uma âncora. Nós não temos nenhuma saída, a não ser que me arranjem outra âncora parecida, mas eu não consigo vê-la.

Na minha cabeça eu tinha uma âncora que, em vez de se fazer o crescimento máximo pela inflação, deveria ser algo como um terço da inflação, para haver um efeito mais rápido do que este.



Enfim, este é um assunto para V.Exas. decidirem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Sr. Raul Velloso. Certamente haverá perguntas a serem feitas depois, para esclarecer melhor a sua palestra.

Convidamos o Sr. Samuel Pessôa para utilizar da palavra.

V.Sa. também tem 20 minutos ou mais, se for necessário.

Gostaria de esclarecer ao Plenário que os demais convidados, inclusive por indicação dos membros da Comissão, previstos para fazer suas palestras hoje, como era o caso do Prof. Marcio Pochmann e da Ministra Carmen Lúcia, declinaram do convite. Nós, inclusive, tentamos alguém para substituir o Prof. Marcio Pochmann, mas não conseguimos fazê-lo.

Por outro lado, temos a oportunidade de ouvir por mais tempo os nossos dois palestrantes.

Fique à vontade, Dr. Samuel Pessôa.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Bom dia a todos.

Deputado Silvio Torres, meus cumprimentos.

Agradeço à Comissão pelo convite, pela possibilidade de estar aqui com as Sras. e os Srs. Deputados e os demais membros do evento, compartilhando a minha visão desta PEC e da situação fiscal e econômica brasileira.

Eu organizei a minha conversa nesses tópicos. Apresentarei um pouco do problema estrutural das finanças públicas. Raul já falou bastante sobre isso, mas eu queria insistir. Depois discutirei qual foi a natureza da desaceleração do crescimento brasileiro, no primeiro mandato da Presidente Dilma.

Acho que temos que entender um pouco qual é a macroeconomia e como a economia está reagindo a esses temas, porque questões que sempre aparecem são importantes para o debate. Será que a receita está ruim, porque a economia está ruim? Quando a economia voltar, será que a receita não volta? Será que não há economista muito alarmado? Será que a situação não é melhor? Então, para discutir esses temas, precisamos entrar tanto na natureza da desaceleração que houve no primeiro mandato da Presidente Dilma como no agravamento da crise econômica que houve a partir do primeiro e do segundo semestres de 2014, que gerou a depressão brasileira em que nos encontramos.



Vamos ver que essa depressão é a pior ou a segunda pior dos últimos 120 anos. Eu falo 120 anos, porque só temos dados bons de atividades econômicas a partir de 1900. Do pouco que eu conheço da história econômica do Império, a impressão que eu tenho é de que, se fosse possível retroagir para chegar a um período tão difícil quanto este, teríamos que ir ao período da Regência. Sabemos que este foi o momento muito difícil da história do Brasil.

Por último, falarei sobre a economia política do Brasil, que é uma economia que eu vou tentar defender, que está disfuncional. No meu entender, a PEC é um instrumento para organizar a nossa economia política, é para permitir que a nossa economia política não nos coloque novamente no abismo inflacionário.

Eu queria deixar uma mensagem para V.Exas. Pode parecer que eu sou alarmista, que, como professor de economia, estou aqui chantageando os políticos para fazerem o que quero, porque, do contrário, a situação é muito ruim. Não é isso, gente! O que vou falar agora é o que eu acredito, e acho que há fortes evidências que mostram que o que estou falando não é mentira.

Nós, enquanto sociedade, já contratamos um ciclo inflacionário. Eu acho que estamos praticamente condenados a, daqui a 5 anos, estarmos com a inflação na casa de 20% ao ano. Há um risco real — real. Lembremos que a inflação da Argentina atualmente é de 40%. E mesmo se V.Exas. fizerem muitas coisas — muitas coisas. Esta é a previsão desastrosa que faço para nós, enquanto sociedade — espero que não se materialize. Eu queria dizer que estamos muito atrasados. Os problemas já se acumularam demais e é disso que nós estamos falando.

Eu vou apresentar as considerações finais, depois deste último item.

(Segue-se exibição de imagens.)

O ponto mais importante da minha apresentação é essa tabela que, de certa forma, resume também o que Raul Velloso disse antes de mim. Quero me concentrar só nas duas primeiras colunas dessa tabela.

Na primeira linha, os números que estão nessa tabela são taxas de crescimento anuais, taxas de crescimento reais. Quando for receita ou despesa, as taxas de crescimento real são deflacionadas pelo IPCA; quando for o PIB, a taxa de crescimento real é deflacionada pelo deflator do PIB, como se faz.



Então, o que nós temos? O primeiro período é de 1998 a 2010. Eu o chamei de período de ouro das finanças públicas brasileiras. Depois, nós temos o primeiro mandato da Presidente Dilma.

No período de ouro das finanças públicas brasileiras, as receitas totais da União cresciam 6,8% ao ano; a receita recorrente, aquela receita que normalmente há todo o ano, advinda de impostos e contribuições, crescia 6,3%; a despesa crescia 6,5%; e o PIB crescia 3,2%.

Então, durante muito tempo — é uma janela de quase 13 anos —, nós tivemos receita recorrente crescendo quase que o dobro do PIB, e a despesa também crescendo o dobro do PIB. A despesa real cresceu o dobro do PIB real. Isso foi possível.

No primeiro mandato da Presidente Dilma, a receita caiu para 2,4%; e a receita recorrente, 2,8%. Não está tão ruim. O PIB foi 2,2%. Na verdade, no primeiro mandato da Presidente Dilma, o comportamento da receita não foi muito ruim. A receita cresceu exatamente o que o PIB cresceu. Não houve nada ruim. O problema é que a despesa continuou crescendo a 5,5%. E a dessintonia que há é que a receita acompanha o PIB, e o gasto acompanha regras, critérios de exigibilidade, algo que nós colocamos na legislação.

Nós não percebemos esse problema porque, durante uma longa janela, que vai de 1998 a 2010, a receita teve um comportamento extraordinário. Esse comportamento extraordinário está associado a um longuíssimo processo de formalização da mão de obra, que se comportou; está também associado ao *boom* de *commodities* e a alguma melhora tecnológica administrativa que houve na Secretaria da Receita Federal. Esses três fatores explicam o comportamento extraordinário da receita por mais de 1 década. Isso não vai se repetir mais. Já aconteceu. O processo de formalização não é recorrente. Ele é longo.

Por que houve esse processo de formalização? Temos que lembrar a nossa história econômica. Vínhamos de uma sociedade extremamente desorganizada, com taxas de inflação, ano sobre ano, acima de 100% ao ano. Do final dos anos 70 a todo o período dos anos 80 foi assim.

Nesse mundo é impossível haver trabalho formal. Quando arrumamos a casa, iniciamos melhoras institucionais permanentes, e essas melhoras institucionais,



junto com a estabilização, produziram esse longo processo de formalização, que, junto com o *boom* de *commodities*, que também foi longo, permitiram que, durante 12 anos, 13 anos, nós tivéssemos um comportamento da receita extraordinário. E o comportamento da receita extraordinário nos entorpeceu e nos ofuscou. Ele nos ofuscou a todos nós, analistas, professores, economistas, políticos, cidadãos e gestores públicos.

Durante um tempo, parecia que o problema estava reduzido. O gasto estruturalmente crescia a uma velocidade que era o dobro do PIB. Parecia que não havia problema, porque tínhamos receita. Agora, não a temos mais. Os processos que mantinham uma receita com um comportamento extraordinário cessaram e não vão retornar tão cedo.

O ponto é que o comportamento da receita no primeiro mandato da Presidente Dilma não foi um desastre, foi normal. É normal que a receita cresça junto com o PIB. Não é normal que a receita cresça o dobro do PIB.

Nós passamos por um processo de desaceleração econômica. Para termos uma ideia desse processo de desaceleração econômica ocorrido no primeiro mandato da Presidente Dilma, eu trouxe uma tabela com a análise de alguns períodos, onde consta a taxa de crescimento da economia mundial, a taxa de crescimento real da América Latina, excluindo o Brasil, porque o Brasil é muito grande. Trouxe a América Latina, excluí o Brasil, e calculei as taxas de crescimento do Continente e do Brasil.

O que nós temos? No primeiro período, de 1985 a 1994, segundo dados do FMI, o mundo cresceu 3,3% ao ano; a América Latina, excluindo o Brasil, 3%; e o Brasil, 2,8%.

Apesar de ter sido um período difícil da nossa história, o desempenho foi razoável. Ficamos um pouco abaixo da América Latina, que, por sua vez, ficou um pouquinho abaixo do mundo.

No período FHC, de 1995 a 2002, o mundo cresceu 3,5%; a América Latina cresceu 2,1%; e nós crescemos 2,4%. Em termos percentuais, nós crescemos abaixo do mundo e 0,3% acima da América Latina.



Portanto, nos anos 90, enquanto o desempenho da América Latina relativamente ao mundo foi pior, o do Brasil relativamente à América Latina foi um pouquinho melhor.

No período Lula, a América Latina passou a rodar junto com o mundo, que acelerou para 4,2%; a América Latina, 4,1%; e o Brasil, 4%.

Portanto, tanto Brasil quanto a América Latina estão rodando em fase com o mundo, com o Brasil um pouquinho abaixo.

No período da Presidente Dilma, o mundo desacelera de 4,2% para 3,6%; a América Latina desacelera de 4,1% para 3,5% — a mesma desaceleração —, e o Brasil desacelera de 4% para 2,2%.

Com isso, quero mostrar aos senhores que essa desaceleração foi nossa. Não foi o resto do mundo que produziu essa desaceleração, inclusive porque os demais países da América Latina dependem mais da China do que nós. Esses países da América Latina têm economias mais abertas do que a nossa. Eles são mais expostos ao comércio internacional. Nós somos uma economia grande relativamente fechada. Então, a desaceleração foi responsabilidade única e exclusivamente nossa.

Na última linha, coloquei os termos de troca. Notem que, no primeiro mandato da Presidente Dilma, os termos de troca brasileiros estiveram acima daqueles de todo período Lula, de todo período FHC e de toda década de 80.

Termos de troca é o preço relativo da nossa cesta de bens exportados contra o preço da nossa cesta de bens importados. Quando os termos de troca estão altos, o que exportamos está caro e o que importamos está barato.

O primeiro mandato da Presidente Dilma foi o pico dos termos de troca desde os anos 70.

Portanto, querer responsabilizar a economia internacional pela desaceleração no primeiro mandato da Presidente Dilma — basta olhar os números — não faz o menor sentido.

Podemos responsabilizar a economia internacional por uma parte da desaceleração, aquela que os nossos pares observaram, de 4,1% para 3,5%, uma desaceleração de 0,6%.



O Brasil, de fato, como é muito mais fechado do que o resto da América Latina, por questões internacionais, deveria acelerar menos. Nós não só não desaceleramos menos como desaceleramos muito mais.

É comum afirmarem que o problema da desaceleração no Governo Dilma ocorreu por falta de demanda. Há economistas que dizem isso.

Ora, a desaceleração no Governo Dilma traz uma característica importante. A desaceleração foi da produção.

A demanda, que é a soma do consumo, seja o consumo privado, seja o consumo público, com o investimento privado, mais o investimento público, desacelerou sempre mais lentamente do que a produção. Ou seja, a produção caiu muito mais rapidamente do que a demanda. Ao longo de toda a desaceleração, no primeiro mandato da Presidente Dilma, houve um processo em que a desaceleração foi um fenômeno da produção, não foi um fenômeno da demanda, foi da produção. A capacidade de produzir produtos e serviços da economia desacelerou, enquanto a capacidade de produzir demanda da economia não desacelerou.

Quais são os sinais que atestam que isso como verdade?

Primeiro, a desaceleração da demanda foi menor; segundo, ao longo de todo esse período, os juros reais estavam elevados. Não obstante juros reais elevados houve inflação pressionada, salários que cresceram acima da produtividade todo o tempo e taxa de desemprego que caminhou para mínimos históricos. Não só a taxa de desemprego caminhou para mínimos históricos, como foi construído um enorme déficit externo, que aumentou muito, bem como o déficit público.

Com aumento do déficit público, aumento do déficit externo, salário acima da produtividade, desemprego nos mínimos históricos, juros reais elevados, inflação pressionada, como alguém pode dizer que faltou demanda?

O que aconteceu então? Erros cometidos na política econômica, que começaram em 2009, produziram uma enorme perda de eficiência da economia brasileira. Eu insisto com 2009 para dizer que os erros de política econômica não necessariamente estão associados a grupos políticos que administraram o Brasil. O grupo político petista, durante muitos anos, administrou o Brasil muito bem.

Alguma coisa aconteceu. Erros de política econômica foram cometidos em sequência, para, logo em seguida, sermos atingidos pela crise econômica.



Como esse quadro mostra, não podemos culpar a crise econômica pela nossa desaceleração.

A segunda parte é a depressão brasileira, como a desaceleração se transformou em depressão.

Aqui estão as taxas de crescimento do investimento real, com a formação bruta de capital fixo das contas nacionais trimestrais — está no *site* do IBGE. Fiz uma conta bem simples: peguei, em termos reais, a formação bruta de capital fixo, e calculei a taxa de variação de um trimestre comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

O que vemos é que elas despencam a partir do primeiro trimestre de 2014, período em que a desaceleração da economia brasileira vai virando depressão. O primeiro componente que sente a depressão é o investimento, um componente da demanda, componente que despencou.

Essa forte redução — queda abrupta desse componente da demanda — produziu o segundo momento da nossa depressão, que não é mais uma desaceleração promovida pela redução da eficiência da produtividade, mas, sim, depressão, que, num primeiro momento, está associada à queda da demanda agregada. Esse foi o momento em que a demanda caiu.

Agora vamos avaliar a demanda em termos agregados. Aqui é só investimento, e a demanda é a soma do consumo mais investimento. Em termos agregados, a demanda agregada começa a correr abaixo da produção só a partir do terceiro trimestre de 2014. O investimento, o elemento mais volátil da demanda agregada, começou a despencar a partir do primeiro trimestre de 2014.

Portanto, para entender a depressão brasileira, temos que entender por que o investimento despencou.

Só para perceber o tamanho do problema, nós do Instituto Brasileiro de Economia estamos prevendo que neste ano o PIB caia para 3,2%. Saiu hoje o resultado das contas nacionais trimestrais. Veio pior do que nós imaginávamos, infelizmente. Então, talvez esse número seja revisto para pior. Outros números indicam recuo da economia de 3,2% neste ano e crescimento de 0,5% no ano que vem. Com esses números, entre o quadriênio de 2014 a 2017, o PIB *per capita* vai cair 9,6%. Repito: no quadriênio de 2014 a 2017, segundo as previsões do IBRE —



Instituto Brasileiro de Economia, que são as de recuo, menos 3,2% neste ano e de crescimento positivo de 0,5% no ano que vem, o PIB *per capita* vai cair 9,6%.

Se formos avaliar a trajetória do nosso PIB *per capita* desde 1900 até hoje, verificaremos que o pior quadriênio foi o de 1981 a 1984. Foi a crise da dívida externa, no final do governo militar, quando o Presidente era o General Figueiredo. Nesse quadriênio, o nosso PIB *per capita* caiu 9,7%. Então, é uma macabra corrida: sabermos qual foi o pior período de desempenho da economia brasileira usando o PIB *per capita* como medida de desempenho, com o agravante de que, atualmente, a população só cresce 0,8% ao ano, enquanto naquele período crescia mais de 2,5% ao ano.

Hoje, estamos quase que batendo o recorde de ruindade da nossa história com uma taxa de crescimento populacional quase três vezes menor. É este o desastre que estamos produzindo e, como argumentei, somos única e exclusivamente os responsáveis.

Por que motivo despencou o investimento? Despencou por dois motivos: primeiro, a queda de rentabilidade — está ali embaixo, mas deveria tê-lo posto em cima. Como vimos, ao longo de todo o primeiro mandato da Presidente Dilma, a capacidade de crescimento da economia desacelerou. Ela desacelerou, não obstante a política econômica ter estimulado muito a demanda agregada, não só com algumas desonerações, mais aumento de investimento, mas houve muito esforço para aumentar a demanda agregada e, de fato, como mostrei, a demanda agregada sempre cresceu além da produção.

Houve, então, no primeiro mandato da Presidente Dilma, uma perda generalizada de eficiência da economia. Tal perda transformou-se em queda de rentabilidade do investimento, falta de capacidade de geração de caixa das empresas.

Quando o investimento perde a rentabilidade, ele cai. Esse foi o primeiro motivo.

O outro motivo, no meu entender o mais importante, está associado ao papel das expectativas. O que acontece quando não só o mercado, mas o mercado, os investidores, todos começam a perceber o crescimento da dívida pública como uma



bola de neve? Dívida pública que cresce como bola de neve sinaliza uma situação insustentável, como algo que, uma hora, vai explodir.

A dívida pública que cresce como bola de neve é o resultado aritmético de um profundo desequilíbrio, de uma economia política profundamente disfuncional, ou seja, de um Estado e de um setor público que não conseguem, de forma civilizada, gerir seus conflitos distributivos.

Ora, uma sociedade, incluindo setor público e Estado — em último caso, a sociedade e as suas instâncias —, que não consegue gerir seu conflito distributivo de forma civilizada produz uma enorme incerteza à frente. Significa que, em algum momento, a inflação vai aumentar muito, ou que, em algum momento, será necessário muito aumento de impostos, ou que, em algum momento, terá de haver muita redução de gastos, ou, por fim, uma combinação dos três fatores, que ninguém sabe como. Ou seja, ninguém sabe como, ninguém consegue fazer uma conta de fluxos de caixa de um possível investimento, ninguém consegue saber qual a taxa de desconto para pegar aquele fluxo de caixa e trazer a valor presente, ninguém consegue avaliar um investimento.

Ninguém consegue avaliar um investimento que não é feito. Foi isso que aconteceu. Pensamos que a situação estava resolvida, a solvência do setor público, e quando toda a sociedade pensou que a solvência do setor público era um problema resolvido, nós nos preparamos para uma sociedade civilizada e um dia, de repente, acordamos de um sonho e dissemos: *“Meu Deus do céu, voltaram os anos 80 ou 90”*. Eles não voltaram, mas o espectro deles voltou. O espectro deles é a incapacidade, mesmo de uma forma civilizada, de nós, com as nossas instituições, resolvermos o nosso conflito distributivo.

A maneira mais ineficiente, a pior maneira de solucionar um conflito distributivo é a guerra civil, como todos sabem. A segunda pior maneira de solucionar um conflito distributivo é por meio de inflação. Quem viveu os anos 80 e 90 sabe disso e sabe que, na inflação, quem sofre mais são os pobres.

Essas dois fatores, o reconhecimento por todo mundo de que a solvência não estava solucionada e a queda da taxa de crescimento da produtividade associada a investimentos fizeram o investimento despencar. Será que não teria sido o endividamento? Será que as empresas não se endividaram muito? Será que não foi



o endividamento que causou a queda do investimento? Não, não foi o endividamento.

O endividamento das empresas nos anos Dilma de fato aumentou um pouco. Por quê? Porque o Governo colocou muito dinheiro no BNDES e as empresas trocaram capital próprio, mais caro, por dívida barata. Então, houve uma troca, tanto que o nível de investimento não subiu. O BNDES foi um presente que algumas pessoas receberam, porque puderam trocar capital próprio por dívida barata com subsídio público.

Dívida externa está muito grande nas empresas? Eu fiz essas contas. Em janeiro de 2016, a dívida externa das empresas brasileiras, excluindo PETROBRAS e Vale, era 4,3% do PIB. É muito ou é pouco? É difícil saber se é muito ou pouco. O parâmetro que eu construí foi o seguinte...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Dólar?

O SR. SAMUEL PESSÔA - Não, com proporção do PIB. É 4,3% do PIB — dívida externa das empresas brasileiras excluindo PETROBRAS e Vale.

Ora, as empresas brasileiras, excluindo PETROBRAS e Vale, exportam 7% do PIB. Então, a dívida é bem menor do que as exportações líquidas. Esse valor de 7% do PIB é exportação líquida dos insumos intermediários que elas importam para produzir aqui e exportar. Já é exportação líquida, valor adicionado exportado. Então, qualquer parâmetro macroeconômico diz que esse nível de endividamento não é excessivo. Não dá para dizer que a parada do investimento deu-se pelo excesso de alavancagem das empresas.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Se colocar a Vale e a PETROBRAS, fica excessivo?

O SR. SAMUEL PESSÔA - Piora um pouco o número, mas não fica excessivo, apesar de só a PETROBRAS estar excessiva, porque ela tem uma dívida de quatro a cinco vezes a geração de caixa. Então, de fato, PETROBRAS e Vale pioram esse número. Certamente, elas se endividaram muito, a PETROBRAS muito mais do que a Vale — no agregado isso se reverte. De qualquer modo, a situação dessas empresas gera preocupação, principalmente a da PETROBRAS.

É comum também as pessoas dizerem que a profundidade da crise deve-se ao ajuste fiscal do Ministro Joaquim Levy. Ora, como eu mostrei aqui, o investimento



começou a cair muito intensamente no primeiro trimestre de 2014. O Ministro Levy assumiu no primeiro trimestre de 2015. É verdade que o crescimento caiu muito também em 2015. Será que essa queda no crescimento foi fruto do ajuste fiscal? Olha, há um parâmetro que estudamos que se chama “multiplicador fiscal”.

Não quero ficar incomodando os senhores e as senhoras com tecnicidades, mas o multiplicador fiscal pergunta o seguinte: *“Qual o impacto sobre o PIB de uma redução do gasto público?”* É uma conta simples. Para que o ajuste fiscal do Levy fosse responsável pelo aprofundamento da crise em 2015, o multiplicador fiscal brasileiro teria que ser cinco. Estimativas inúmeras dizem que o multiplicador fiscal brasileiro é algum número entre zero e um. Em geral, o multiplicador fiscal é grande em países que têm juros zero com deflação. O Brasil é o contrário: tem juro real alto com inflação. O Brasil é candidato a ter multiplicador fiscal muito pequeno. Nenhum país com as características do Brasil tem multiplicador fiscal grande, ou seja, provavelmente, para justificar, para atribuir a profundidade da crise ao ajuste fiscal do Levy, teríamos que considerar que o multiplicador fiscal brasileiro é de cinco a dez vezes maior do que encontramos em todos os estudos. Esta hipótese não faz o menor sentido.

Enfatizando então: a crise brasileira, com o reconhecimento dos agentes econômicos, deve-se a um problema de solvência e a uma economia política disfuncional. Dívida que cresce tal qual bola de neve impossibilita o cálculo empresarial e, portanto, produz forte queda do investimento. Se nada for feito, a inflação retornará e retornaremos aos anos 80 e 90. Vale lembrar que a inflação na Argentina é alta — inflação é uma realidade na América Latina — e na Venezuela é de mais de 600% ao ano.

Qual é a dificuldade do ajuste fiscal? E é neste contexto que eu vou discutir por que considero esse projeto de emenda constitucional tão positivo.

A dificuldade do ajuste fiscal é que ele dói porque retira alguma expectativa de renda, de benefício ou de gasto que alguém tem, ou alguma expectativa de desoneração de gasto tributário que alguém tem. E o pior é que o Estado brasileiro não é tão ineficiente quanto pensamos.

O gasto cresceu muito, e o Velloso mostrou à exaustão esse crescimento. Ele não está crescendo porque as pessoas fraudam. Há casos de fraude no auxílio



defeso e no auxílio doença, sabemos disso. Mas o que produz essa trajetória explosiva na estrutura do gasto público não são as fraudes, mas a legislação, o critério de elegibilidade. É isto que produz um Estado disfuncional.

Há inúmeros programas e há inúmeras distorções. Um livro que gosto muito de ler, escrito pelo Marcos Mendes, Assessor do Senado e hoje Assessor Especial do Ministro da Fazenda, *Por que a economia cresce pouco?*, traz um elenco imenso de todas as distorções do nosso marco legal institucional, que geram gasto público, que geram disfuncionalidade — distorções para as classes baixas, para as classes médias, para as classes altas.

O problema é o seguinte: cada item do gasto, quando se olha do ponto de vista da pessoa que recebe ou que é favorecida de alguma forma, é importante para ela. Muitas vezes é muito legítimo, outras, podemos discutir a legitimidade, mas para aquele grupo que é atingido por aquela rubrica do gasto público, aquilo é importante.

Quando se vai fazer ajuste fiscal naquele item do gasto, um grupo de pressão se organiza e trava, gera uma pressão política contra aquilo. Isso vale para tudo.

É esta lógica que nos está levando de novo para os anos 80 e 90, que nos está levando para o atraso. E o que essa PEC faz é disciplinar o nosso conflito distributivo. Conflito distributivo é legítimo. O problema está na forma como gerimos a dinâmica de dívida pública. É isto que vai gerar um resultado ruim para todo mundo, um resultado disfuncional para a sociedade. O objetivo da PEC é disciplinar o conflito distributivo brasileiro. Coloco teto em um gasto que já está alto e que cresceu muito acima da inflação por 25 anos durante um horizonte, renovável por outros 10 anos. Coloco esse teto e o conflito distributivo vai se dar no interior desse teto. Continua a discussão, civilizada. Reduz gastos aqui, realoca acolá e vamos arrumar a casa. Vamos decidir como nós, sociedade, vamos gastar, onde gastamos mais e onde gastamos menos, mas de uma forma disciplinada, adotando uma forma que não gere uma situação que vai ser pior para todo mundo.

É por esse motivo que defendo a PEC. E há sempre uma questão: *“Mas a PEC vai no gasto. Não poderíamos ir na receita? Por que não começamos o ajuste aumentando a carga tributária?”*

Eu, como profissional de economia, não tenho nenhum ponto de partida contrário ou a favor da carga tributária. Um economista pode estudar os impactos



ruins e bons que o aumento da carga tributária na economia. Hoje, parece-me que, dada a nossa situação, começar com carga tributária é muito ruim por dois motivos: primeiro, como eu mostrei na minha primeira tabela, a disfuncionalidade está no gasto. O gasto cresce sistematicamente além do PIB e, se nada for feito, vai continuar assim.

Se eu fizer uma nova rodada de aumento de carga tributária, isso vai gerar algum alívio por 2 anos. Daqui a 3 anos, eu vou estar aqui — V.Exas. vão me chamar de novo aqui e vamos discutir a mesma coisa —, e a dívida vai estar explodindo do mesmo jeito, porque a disfuncionalidade vem do gasto, não da receita. No período Dilma, a receita cresceu como o PIB, não há nada de disfuncional nisso, não há problema na receita.

Nós sempre, sociedade, podemos decidir por uma carga tributária maior ou menor. Como nós vivemos uma expectativa que está impedindo a retomada do investimento, e essa expectativa não está associada à situação de hoje, mas a como as pessoas projetam a dinâmica no futuro, se não mexermos no gasto e se não colocarmos um limite à taxa do crescimento do gasto — vejam, não é o limite do gasto, é um limite à taxa de crescimento do gasto, um gasto que, durante 25 anos, cresceu muito mais rapidamente do que o PIB! —, aumentos de receita não vão resolver os problemas.

O segundo motivo — pelo qual me parece que atacar o problema hoje pela receita não é indicado — é que enfrentamos um problema inflacionário duríssimo. Eu acabei de mostrar um número para V.Exas. Estamos, provavelmente, na pior ou na segunda pior crise, uma disputa cabeça a cabeça, uma disputa dura, dos últimos 120 anos.

Se V.Exas. lerem as manchetes dos jornais vão ver: *“Governo Temer já aceita a possibilidade de só começar o ciclo de queda da SELIC no ano que vem”*. Por quê? Porque a inflação está muito inerte, a inflação está caindo, está caindo muito lentamente.

Evidentemente, o que faz com que a inflação caia tão lentamente no Brasil, apesar de estarmos na primeira ou na segunda pior crise dos últimos 120 anos e estarmos com quase 12 milhões de pessoas desempregadas, é a estrutura do gasto



público. É a dinâmica do gasto público que produz uma enorme inércia em nosso processo inflacionário e faz com que seja muito difícil combater a inflação.

Aumentar a carga tributária é um choque negativo de produtividade e de oferta. O aumento da carga tributária vai gerar um repique no processo inflacionário e vai gerar um gasto adicional com juros para manter a inflação contida.

Parece-me que novas rodadas de aumento da carga tributária só devem acontecer quando resolvermos o problema pela ótica do gasto e tivermos uma inflação na meta, com expectativas inflacionárias muito bem ancoradas da meta ao longo de muitos anos, e um Banco Central com muita reputação. Porque, nessas condições, o repasse inflacionário do aumento da carga tributária é menor, o custo dos juros de desinflação e o custo da atividade de desinflação são muito baixos.

Eu quero lembrar a V.Exas. que é muito comum as pessoas argumentarem que esta PEC vai destruir a Constituição de 1988. No meu entender, ela não destrói a Constituição de 1988, ela estabelece parâmetros civilizados no interior do qual o nosso conflito distributivo vai ser travado, como é justo e legítimo numa democracia como a nossa.

Eu quero lembrar a V.Exas. que o primeiro resultado da Constituição de 1988 não foi o aprimoramento social do País nem a melhoria da nossa desigualdade. O primeiro resultado da Constituição de 1988 foi a hiperinflação dos anos 90. E a hiperinflação dos anos 90 ocorreu após a Constituição de 1988.

Nós somente conseguimos começar a colher melhorias sociais quando estabilizamos a economia. E a estabilização da economia só ficou mais permanente quando, no segundo mandato, mudamos o regime cambial, quando construímos uma situação fiscal sólida.

Como eu mostrei aqui, essa situação fiscal sólida tinha uma fraqueza, porque ela se sustentava numa dinâmica de receita extraordinária. Apenas quando nós construímos uma situação fiscal sólida, no segundo mandato do Presidente FHC, é que nós colhemos, de verdade, as melhorias sociais que apareceram principalmente, mas não exclusivamente, no Governo Lula.

Se nós não reconstruirmos a estabilidade fiscal e ficarmos apenas com a Constituição de 1988, vamos voltar para os anos 90, que não foram nada bons para os mais pobres no Brasil.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Sr. Samuel.

Agora, vamos rapidamente passar aos debates, lembrando que há uma natural ansiedade de terminarmos esta audiência pública para acompanhar os fatos importantes que estão acontecendo.

Quero pedir aos nossos debatedores a maior brevidade possível, até para aproveitarmos bastante a presença dos nossos palestrantes.

A palavra está com o nosso Relator, o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Parabéns à Secretária Raquel Figueiredo, ao Vice-Presidente Silvio Torres, aos Parlamentares que escolheram os palestrantes!

Ouvir o Samuel Pessôa e o Raul Velloso é muito gostoso e muito angustiante. Eu os leio há muito tempo. Fazem mergulharmos nas razões por que estamos aqui.

Eu tenho convicção de que este é o momento decisivo para o País enfrentar a penúria fiscal que vivemos e não chegar àquilo que o inteligente Marcos Mendes, do Senado, que assessora o Henrique Meirelles, chama de “o dia do juízo fiscal”. Acho que nós estamos chegando. Temos de evitar isso nos próximos 10 a 20 anos.

O Velloso mostrou a grande folha — não é folha de pessoal — que envolve tudo o que carregamos ao longo desses 30 anos e também os erros macroeconômicos dos últimos 5 anos, apostando nas desonerações, nos subsídios custeados pelo BNDES e por aí fora.

Eu estava comentando com o nosso líder nacional da educação, o Deputado Subtenente Gonzaga, que é por isso que faltam recursos para a segurança, o que ele não disse.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - A segurança vai ter alteração.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Ele não disse!

O Samuel encerrou dizendo que esta é uma oportunidade para nós discutirmos o conflito distributivo e tentarmos discutir o pós-*impeachment*. Esse período duro encerra-se hoje. Que nós possamos, nesta Casa, ter posição de base, tentar convergir, com o apoio da inteligência dos senhores, também com a inteligência dos legisladores e da sociedade. O capital vai ter que ajudar também, o



próprio mercado, que precisa entender que, a partir de hoje, vamos ter um Presidente com visão congressual, um parlamentarista. S.Exa. disse que vai trabalhar com esta Casa e repetiu isso ontem à noite. Esta Casa vai ter que responder, e os senhores vão ter que ajudar.

Eu vou abordar algumas dúvidas. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre demanda e produção, porque eu fiquei confuso. O Samuel não falou, e eu queria que falasse, sobre um tabu que existe aqui: o crescimento explosivo da dívida bruta. A Oposição diz que o que está comprometendo o Brasil... Eu já tenho opinião formada, mas quero que o senhor manifeste a sua; são semelhantes, mas há uma diferença. Por que há o peso do serviço da dívida? Por que o Governo paga essa dívida brutal? Por que não se faz auditoria da dívida?

Já estou tirando o discurso de algum petista aqui. Não sei se vão falar. Eu vi só um ou dois.

Em algumas conversas — há o movimento por uma CPI da nossa dívida — se pergunta por que não se mexe nisso. O Amir Khair pergunta por que o Governo não usa as reservas cambiais para enfrentar essa crise fiscal. Isso vai aparecer muito aqui. E qual foi o papel do conluio, não do conluio, mas da proximidade muito íntima do Banco Central, sem autonomia, com o Planalto em relação a operações compromissadas, como *swap*, *etc.*, que comprometeram. A Oposição fala muito disso.

Então, se é assim como o Amir escreve, se é como diz aquela auditora que lidera o movimento pela CPI... Hoje o senhor nem falou.

Adorei a participação dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao nosso Relator.

Eu ia solicitar aos palestrantes que aguardassem, pois não há um número muito grande de inscritos. Acho que seria possível irem anotando as perguntas. Se precisarem de algum material, podem pedir. Assim conseguimos acelerar.

O prazo é de 3 minutos para cada membro inscrito, à exceção do Deputado Thiago Peixoto, que vai acumular o tempo de Líder. Ele é o nosso primeiro debatedor.



Concedo a palavra ao Deputado Thiago Peixoto.

V.Exa. tem 9 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu sou membro desta Comissão e não tenho sido convocado para as reuniões. Eu queria registrar isso e pedir à Secretaria que tomasse o cuidado de não se esquecer de convocar um membro da Comissão, sobretudo no dia que vêm figuras como as que estão na Mesa. Essa é uma falha da Mesa que precisa ser justificada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Quero dizer que eu assumi outros compromissos, mas não ia perder nunca a oportunidade de ouvir meus amigos. Na segunda-feira eu não fui convocado, hoje não fui convocado. Algo está errado. Ou botaram o número do meu gabinete errado ou há alguma outra coisa errada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Está anotada a sua reclamação. A Secretaria já vai inclusive tomar as providências para que isso não aconteça novamente, se é que aconteceu, porque, segundo a informação que eu tenho, todos os gabinetes foram avisados por *e-mail*. Mas está anotado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Conferi com o meu gabinete e não fui convocado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Sr. Presidente, quero registrar que eu também não tenho recebido as convocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O.k.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - A Mesa precisa melhorar seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado. Eu sou o Presidente interino. O Deputado Danilo Forte é o Presidente da Comissão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Isso não é responsabilidade do Presidente, mas dos funcionários. O Presidente não faz isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Está bom, Deputado.

Vamos então aos debates.



Tem a palavra o Deputado Thiago Peixoto.

V.Exa. tem 9 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, desculpe-me, mas gostaria de saber se vai haver deliberação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Eu creio que não vá haver quórum na hora de votar. A prioridade agora é ouvir os palestrantes. Se V.Exa. quiser se retirar, fique à vontade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu estou preocupado com a deliberação.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não vai haver deliberação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Não. Provavelmente, não.

Com a palavra o Deputado Thiago Peixoto, por 9 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Por 9 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Ele está agregando o tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Vai passar a posse do nosso Presidente. Vamos definir 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O Deputado tem a palavra assegurada. Se ele quiser abrir mão, pode fazê-lo. O único Líder que está aqui oficializado é o Deputado Thiago Peixoto.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Deputado, V.Exa. pode ficar à vontade para pedir o tempo necessário, mas eu acho que este é um debate importante. Portanto, cabe uma discussão profunda, que não pode ser superficial e limitada a um pequeno tempo.

A cada audiência pública, Presidente Silvio Torres, nós percebemos que de fato a situação fiscal do nosso País é dramática.

O Ministro Meirelles, na semana passada, relatou-nos que essa era a pior crise desde a crise de 1929. Agora nós já falamos na pior crise dos últimos 120 anos. Eu acho que isso mostra quão grave é este momento.

Eu queria agradecer a presença do Prof. Raul Velloso. Eu conversava, antes da audiência, com o Prof. Samuel, e ele fez um alerta, fez uma observação importante: todos os economistas, todos os especialistas, em algum momento,



estavam olhando para outras coisas. A receita subia, como nos foi mostrado, o País crescia, e o Prof. Raul Velloso batia na tese de que já havia um descontrole preocupante com o gasto público no País.

Professor, o senhor e o Marcos Mendes escreveram um livro, que no meu ponto de vista tem cunhado o nome desta Comissão, intitulado *O Dia do Juízo Fiscal*. O dia do juízo fiscal chegou! E o senhor está aqui para nos falar: “*Olha, eu já falava sobre isso antes*”. É bom que nós ficamos alerta a tudo isso.

Eu queria fazer uma observação também, que já tenho feito em todas as audiências públicas, com relação à qualidade do gasto público. Eu acho que nós vivemos um momento importante para também debater a qualidade do gasto público. Nós vamos ter que reduzir o gasto, sim, mas também temos que buscar maior eficácia no gasto público.

Nós temos alguns exemplos que chamam a atenção para esse aspecto. Por exemplo, no Brasil há 816 mil beneficiários de auxílio-doença que não passam por perícia há 2 anos. Há 1,2 milhão de aposentados por invalidez na mesma situação, com mais de 2 anos sem perícia.

Eu acho que isso mostra diversas distorções que precisam ser olhadas com atenção, porque, se esse gasto estiver equivocado e for corrigido, sobra mais recurso para outras áreas, como foi dito aqui, para a educação, a saúde, que são áreas com as quais nós estamos mais preocupados.

O Prof. Velloso disse aqui também — ele vem falando isto há tempo — que nós temos um problema que é conjuntural e um problema que é estrutural. Eu acho que nós podemos falar que a queda de arrecadação pode ser considerada algo conjuntural, mas ela agravou uma questão estrutural. Ele disse aqui também que esses gastos pressionam cada vez mais essa questão. Hoje, então, nós temos uma crise que é estrutural e conjuntural.

O senhor entende que a PEC 241 resolve a questão conjuntural ou a estrutural?

Agora eu queria fazer algumas observações com relação ao que o Prof. Samuel Pessôa disse aqui.

Professor, o senhor disse que a crise não é somente maior do que a de 1929, ela é de 120 anos; de fato, algo histórico, algo preocupante. Eu penso que talvez a



sociedade como um todo não tenha percebido o tamanho dessa crise, acho que talvez o próprio Congresso não tenha percebido o tamanho dessa crise.

Ficou claro, com a palavra dos dois, que nós não temos alternativa. O aumento de impostos, como foi colocado aqui, o aumento de receita teria que ser feito num volume tão grande que talvez fosse inviável, fosse impossível. Mesmo que haja uma recuperação no crescimento, o crescimento previsto não vai gerar a recuperação na velocidade que nós precisamos.

O senhor abordou aqui algo muito preocupante — não é toda vez que economista acerta, e eu preciso dizer que eu torço para o senhor estar errado nisto: nós já contratamos um ciclo inflacionário de 20%. Eu queria que o senhor nos falasse mais sobre isso, que de fato dramatiza muito mais a nossa situação.

Outra pergunta. O senhor aponta também, Prof. Samuel, que, de 2009 para cá, há um desequilíbrio mais acelerado. Isso coincide, no meu ponto de vista, com a mudança significativa da equipe econômica. O Ministro Meirelles, até o fim de 2010, fazia parte dessa equipe econômica. O senhor entende que esta nova equipe econômica, com esta nova visão, contribui para as medidas que têm que ser tomadas no nosso País?

Uma última pergunta. O senhor coloca que nós vivemos uma oportunidade de disciplinar o gasto público. No meu ponto de vista, o lugar, o ambiente que vai ter um papel fundamental para disciplinar isso vai ser o Congresso Nacional, até porque é aqui que esse orçamento vai ser elaborado, e vai ser elaborado numa nova perspectiva, numa nova regra que vai ser aprovada.

Como o senhor imagina esse debate aqui? Como nós podemos contribuir para que esse debate de fato possa produzir um orçamento que seja o que o Brasil precisa?

Para terminar, eu li o artigo que o senhor escreveu na *Folha de S.Paulo* no domingo. O senhor mostra uma preocupação muito grande com relação a não aprovação dessa PEC e um temor de que ela não seja aprovada este ano, mas seja aprovada em 2017 e de que isso possa acelerar mais ainda o processo.

Estou aqui falando em meu nome e também em nome de muitos desta Casa. Nós temos o desafio, Sr. Presidente e Relator, de aprovar a PEC 241 este ano, para



que esse ajuste possa chegar o mais breve possível, para que o País possa se recuperar também o mais breve possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Thiago Peixoto, que não consumiu os 9 minutos, atendendo ao pedido.

O Deputado Jorge Solla não se encontra. O Deputado Enio Verri também não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados expositores, como disse o Deputado Darcísio Perondi, é um prazer ouvi-los — prazer que se transforma em angústia, mas é um prazer.

Eu queria, primeiramente, perguntar ao Prof. Velloso se eu compreendi bem esta tabela, visto que ela não está identificada, que aponta três referências — 1987, 2002, 2015 — com relação ao crescimento das despesas primárias, em que o senhor faz um corte.

Nós percebemos por ela que, na despesa diretamente com pessoal, com inativos, com pensionistas, com salários, de certa forma há uma estabilidade nessa análise de longo prazo, com o crescimento da LOAS, que é uma introdução, e do Bolsa Família.

E o senhor destaca as demais despesas aqui. Percebe-se que as despesas com saúde e educação se mantêm também. Com relação às despesas com educação, em 1987 elas não existiam, apareceram em 2002 e se mantiveram no mesmo patamar até 2015. Quanto às despesas com saúde, há, inclusive, uma queda. Aí o senhor destaca estas outras despesas: desoneração, auxílio, Lei Kandir, subsídios, subvenções, etc.

Primeiro quero saber se a minha leitura está correta. O senhor está demonstrando que efetivamente a despesa direta com pessoas se manteve. A grande curva, ou o que está fora da curva, são resumidamente os subsídios que foram concedidos, esses benefícios. Está correta esta minha leitura? Esta é a pergunta para o senhor.



O Prof. Samuel fala da desaceleração da produção por erros da política econômica. Eu gostaria de saber concretamente quais foram esses erros que levaram à desaceleração da produção.

Agora minha pergunta é para os dois. Estamos falando obviamente de uma PEC que impõe limite nos gastos com despesas primárias, e nós temos falado quase nada, em todo esse debate, das despesas nominais. Então eu queria também uma avaliação sobre o crescimento das despesas nominais.

E, usando a expressão do Prof. Raul Velloso, que gosta e defende a âncora dessa contenção dos gastos, qual seria a âncora para as despesas nominais?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Subtenente Gonzaga.

Nós vamos ouvir mais um e depois fechar este bloco, para as perguntas não ficarem muito distantes das respostas.

O próximo é o Deputado Victor Mendes, que está com a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento a todos.

Quero parabenizar os dois professores economistas e agradecer a eles pelos ensinamentos de hoje.

Senti-me muito contemplado pelo questionamento do meu colega de partido Deputado Thiago, algumas perguntas, algumas indagações que eu faria já foram contempladas pela inquietação dele.

Mas eu queria fazer umas conclusões e ao final fazer um questionamento para os dois, que ficam livres para responder, para que nós possamos, de forma didática, passar também para a sociedade, que nos ouve, que nos assiste agora, um pouco do que foi falado aqui, sem olhar para o minuto que passou, mas para o minuto que virá, sem olhar a culpa, sem atribuir a culpa a A ou a B. Nós estamos agora num momento caótico, mas olhando, a partir de agora, para o que nós precisamos fazer para reverter isso.

Eu me preocupo muito. O Deputado Thiago disse que nós, na Câmara dos Deputados e na sociedade, não temos noção da gravidade que está acontecendo no



País. Será preciso chegar ao estágio da Grécia para que a sociedade realmente incorpore isso e se preocupe com o tamanho do problema?

Os senhores disseram que a nossa crise é tupiniquim, é verde e amarela e não é da globalização. Ela foi fomentada por nós mesmos, pelos nossos erros econômicos, pelas nossas abordagens equivocadas. Isso também tem que ficar claro, para a sociedade poder entender. Porque o processo de desqualificação dessa PEC está sendo grande e vai aumentar ainda mais. Pessoas vão reduzir o debate a um debate menor, que pode inviabilizar o futuro do nosso País.

A minha geração — tenho hoje 37 anos — viveu nas décadas de 80 e 90, mas não sentiu os efeitos do que aconteceu nessa época. Eu tenho muito medo de a nossa geração sentir isso agora, porque eu não sei se nós estamos preparados para passar por isso. Então, como um jovem que não viveu isso, estou preocupado com que esse retrato volte a acontecer no nosso Brasil, que esse cenário volte a acontecer.

Deixo, então, umas perguntas. Primeiramente, na opinião dos senhores, não se aprovando essa PEC, quais seriam as outras opções que nós teríamos para sair desse cenário? Nós teríamos outros quadros, plano A, B ou C ou seria apenas essa a saída? Nós vamos passar por um debate muito forte na Câmara dos Deputados, mas nós não sabemos se vamos ter êxito por isso.

Essa PEC sendo aprovada, as reformas previdenciárias, tributárias e trabalhistas sendo executadas, com esse desastre fiscal que se está enunciando, tudo isso seria feito? A legislatura dos próximos 2 anos vai ser, para a Câmara dos Deputados e para o Congresso Nacional, de desgaste; para o Poder Executivo, também. A legislatura vai ser de sacrifício. E eu não sei como a população irá receber isso.

Então, eu pergunto: feito todo esse pacote de votações, votada a PEC, nós temos uma possibilidade de retomar a curva de crescimento? Em quanto tempo? Qual é a nossa perspectiva de futuro também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Victor Mendes.

Nós vamos, agora, dar a palavra aos nossos palestrantes.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, por gentileza.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Quantos ainda estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Posteriormente, Deputado Eduardo Cury, V.Exa., o Deputado Danilo Cabral, e eu, que queria fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Uma vez que nós percebemos que as preocupações são muito direcionadas, não seria conveniente terminar a nossa fala? Senão, a hora em que terminar a explanação deles, esses que estão inscritos com certeza não terão mais a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Edmar Arruda, acho que depende. Deixamos os nossos palestrantes à vontade. Se eles se sentirem confortáveis com isso, podemos fazê-lo. *(Pausa.)*

Então, atendemos a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cury, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia aos Deputados responsáveis pelo requerimento e ao Relator. Agradeço a presença dos senhores. É um privilégio sempre ouvir os dois senhores. Assim como o Deputado Darcísio Perondi, também os acompanho já há algum tempo.

Quero fazer duas perguntas bastante concisas. Primeiro faço pergunta ao Dr. Samuel. Eu fiz um questionamento, outro dia, ao Sr. Gustavo Franco, ex-Presidente do Banco Central, que me deu a resposta. Mas eu gostaria de uma explanação. Isso não tem muito a ver diretamente com a PEC 241, mas tem a ver com a formulação dela e com as suas consequências.

Quando a carga tributária disparou de 24% para 33% — hoje está perto de 34% ou 35%, dependendo do parâmetro que se utiliza, houve uma queda nos últimos meses —, ele me respondeu dizendo o seguinte: *“Esses foram os esqueletos do armário da Constituição Federal de 1988 e do processo hiperinflacionário”*. Ou seja, não houve perda. Não houve, efetivamente, essa retirada de dinheiro da sociedade.

Como eu tive tempo de fazer a réplica, eu gostaria que o senhor me explicasse algo. Eu não entendi ainda, eu procurei estudar um pouco isso. Eu não



entendi por que esse fenômeno ocorreu. Em minha opinião, isso foi retirado da sociedade.

Quando a carga tributária mudou de 24% a 23%, nos anos 90, para perto de 33% — 9 ou 10 pontos do Produto Interno Bruto —, em minha opinião, isso foi retirado da sociedade. Se isso prestou serviço adequado e teve correspondência, é outra história, mas foi retirado da sociedade. Ele disse que não, porque o processo inflacionário, na verdade, retirava isso de forma mascarada. Eu não entendo, em termos econômicos, como isso acontece. Essa é uma questão.

A segunda questão é para o Dr. Raul Velloso, sobre um aspecto que tem um pouco a ver com a análise do Deputado Victor Mendes sobre as consequências da não aprovação. Eu defendo a PEC, acho-a fantástica. Penso que, depois da LRF, ela é a melhor coisa que apareceu no sentido de balizar essa questão para a sociedade.

E há um aspecto da PEC que as pessoas não estão percebendo, referente ao fato de que ela facilita o processo democrático, facilita a escolha dos líderes. Vai ficar muito transparente quem são os bons e os maus gestores.

Hoje é tudo muito fácil para o mau gestor. Ele promete o que não pode e pensa: *“Uma parte eu vou roubar”* (caracteriza-se a corrupção); *“depois, eu aumento a carga tributária, endivido os meus filhos, os meus netos e as próximas gerações e pago essa conta da campanha política”*.

Não! Isso vai ficar muito claro para o cidadão. O gestor vai ter que fazer uma opção, vai ter que decidir se vai para o lado da corrupção, se vai para o lado da má gestão ou se vai fazer a conta correta e priorizar o que propôs, sem prometer o que não pode fazer.

Vamos imaginar uma situação absurda: sem a reforma da Previdência, o que vai acontecer? Nós vamos ter um gargalo constitucional — há uma PEC que impede o aumento de gastos, e não se fez a reforma da Previdência. O que vai acontecer no *day after*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Eduardo Cury.

Tem a palavra o Deputado Edmar Arruda.



O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, Prof. Raul Velloso, Prof. Samuel Pessoa, parabeno-os pela explanação. Os senhores trazem à luz dados que estão aí disponíveis. Então, não há novidade nem nada inventado.

Deputado Thiago, eu tenho participado da Comissão Mista de Orçamento durante os últimos anos — fui membro dela por 3 anos alternados — , e nela há vários estudos e propostas com relação à delimitação do teto. Então, parece-me que esse é um entendimento tecnicamente pacífico.

Um colega aqui até perguntou qual é a alternativa para o Brasil. Não há alternativa. Não há alternativa! A única solução é estabelecer um teto e fazer a reforma da Previdência e a reforma trabalhista. É simples assim!

O problema é que, em uma Comissão como esta, na qual estão Deputados qualificados e realmente preocupados com a Nação brasileira, o debate tem alto nível. E isso é bacana. Eu tenho participado de várias Comissões assim. Eu sou economista, então isto aqui para mim é uma delícia.

O nosso desafio, Sr. Presidente, é saber até que ponto grande parte dos Deputados e Deputadas desta Casa estão dispostos a lidar com isso, porque os discursos que temos escutado de uma tal Oposição — ainda nem é Oposição, porque era Situação até ontem — dão a impressão de que todos os males do País foram construídos nos últimos 60 dias!

E o pior é que o Governo interino está tão desarticulado que nós não temos voz na Câmara nem para combater essa ideia! Daqui a pouco, nós vamos acreditar que essa porcaria é golpe! Eu fico estarecido com uma coisa dessas!

Então, nós temos que vencer, na minha modesta opinião, um tripé constituído pela hipocrisia, pela mentira e pelo corporativismo. Se esta Casa não abrir mão da hipocrisia, da mentira e do corporativismo, este País jazerá. Não há alternativa!

Portanto, nós temos que discutir como vamos conseguir mostrar à nossa bancada que temos que pagar o preço. Se este for o meu último mandato, se eu não obtiver mais nenhum voto porque ajudei a aprovar esta lei, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência, que seja assim. Mas essa é a maior contribuição que nós podemos dar ao nosso País.

Eu quero parabenizá-los. Eu acho que há algumas pessoas que nós precisaríamos trancar numa sala junto com o Prof. Velloso e o Prof. Samuel, de



modo que eles pudessem conversar com elas até elas entenderem — se é que já não entenderam. Isso não tem cabimento!

Perdoem-me, eu vou encerrar. Eu fico muito triste quando vejo que nós podemos perder esta grande oportunidade. E não se trata de discurso político — por favor, eu sou empresário! Em 2014, eu tinha mil trezentos e poucos funcionários. Hoje, eu tenho 270, Sr. Presidente! Tenho 270!

Então, a crise lá de fora já está sendo sentida, sim! Já há 11 milhões ou 12 milhões de desempregados. Está sendo sentida, sim. O mercado já sentiu, as empresas já sentiram, o povo já sentiu.

Recebi ontem um *e-mail* de uma professora dizendo que era minha fã e que agora, por eu defender a reforma da Previdência, não irá mais votar em mim. Não posso simplesmente votar “não” à reforma da Previdência, porque a professora não vai votar em mim. Entenderam? Eu fico indignado com isso. Eu lhe respondi que ela deveria votar em mim e pedir voto, porque o que estou defendendo é uma reforma da Previdência para garantir o pagamento daqueles que já estão aposentados. Daqui a pouco, teremos que fazer como o governo da Grécia, que teve de reduzir o valor da aposentadoria daqueles que estão aposentados.

Falta esse canal de comunicação da Casa e do Congresso com a sociedade. E nós, Sr. Presidente, temos que ter a coragem de pagar esse preço. Eu estou disposto. E conclamo os colegas desta Comissão, que têm alto nível, independentemente de sua posição ideológica, a levarmos isso à nossa bancada e a aprovarmos esse teto, a fim de trabalharmos a reforma trabalhista e a reforma da Previdência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputado Edmar Arruda.

Tem a palavra agora o Deputado Danilo Cabral, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, Dr. Samuel Pessôa, Dr. Raul Velloso, demais colegas, procurarei ser breve, até porque quem fica por último já fica prejudicado. Gostaria de parabenizar os dois painelistas pela qualidade das exposições.



Nosso desafio aqui, aproveitando a fala do Deputado Edmar Arruda, é preservar as conquistas que tivemos no Brasil nos últimos anos, nas 2 últimas décadas especialmente. Acho que o debate que aqui nos foi posto refere-se primeiramente à preservação da conquista da democracia. Nesse sentido, eu acho que o que nós estamos vivendo hoje é a reafirmação da democracia brasileira, independentemente de todo esse discurso que nós ouvimos.

O fato é que o processo que vivemos de 2015 para cá reafirma os valores da democracia. Essa foi uma conquista do povo brasileiro na década de 80 ainda. Na década de 90, tivemos a conquista da estabilidade econômica. E é este o debate que estamos fazendo aqui: como devolveremos ao Brasil esse valor que foi incorporado pelo povo brasileiro? Como disse o Deputado Victor Mendes, parte da população sequer conheceu o que foi o Brasil antes da estabilidade, o valor que a estabilidade representa. Parte da população não sabe o que significa viver no País em que vivemos, como nós vivemos de 1964 para cá, e o que mudou a partir da conquista da estabilidade econômica.

Também precisamos destacar que uma parte que precisa ser preservada refere-se às conquistas sociais. É essa equação que precisamos fechar: preservar as conquistas sociais e recompor a estabilidade fiscal do Brasil. São esses os valores que precisam ser preservados. Não é uma equação fácil, não é uma equação simples. Tenho toda a clareza da importância disso.

Nós não podemos viver em um país com um rombo de 170 bilhões por ano, fato que vivenciamos no Brasil no último ano. Ou damos um freio, uma arrumação nisso, abrindo novos horizontes, criando regras claras, ou vamos sucumbir e chegar ao ponto da Grécia, como foi dito aqui.

Não há discussão em relação a cortar despesas. Eu particularmente não questiono o valor disso. Falo inclusive como servidor de carreira do Tribunal de Contas que acompanha todo o desafio de eficiência e de eficácia da gestão pública.

Agora a pergunta que eu queria fazer aos painelistas é: como conciliaremos isso? Como faremos o ajuste preservando conquistas sociais? Será que o único caminho que nós temos, referindo-me ao que o próprio Deputado Victor Mendes disse aqui... Se não for isso, qual será o outro caminho? Dentro da PEC 241, qual é



o caminho pelo qual preservaremos as conquistas sociais ou pelo menos pelo qual penalizaremos o minimamente possível a sociedade?

O fato é que há um conjunto de demandas postas pela sociedade, relativamente à educação, por exemplo. Inclusive, Sr. Presidente, estou entrando com um requerimento pedindo uma audiência conjunta desta Comissão com a Comissão de Educação, para aprofundarmos esse debate. Esse é um mantra do Congresso que precisamos esclarecer: qual é o impacto da PEC 241 nas políticas sociais, sobretudo na educação e na saúde?

Teremos esse debate aqui dentro, não podemos negar. E é legítimo termos esse debate. Aprovamos recentemente o Plano Nacional de Educação, que aponta um horizonte de avanço num tema estruturante. Ninguém duvida de que a educação é importante. Se há hoje um consenso sobre essa necessidade de estabilização, há muito tempo também há o consenso de que a educação é um tema estruturante para o desenvolvimento do Brasil.

E há o Plano Nacional de Educação, que já apontou um caminho e que precisa de investimentos. O Brasil vai ter um aumento de 10% em sua população — vamos ter 227 milhões de habitantes em 2036. E estamos reduzindo a capacidade de resposta a essa população. Como conciliar isso? Esta é a pergunta.

Em segundo lugar, em relação à PEC 241, vamos admitir que ela vá adiante. Sei que a questão de pessoal é sempre o grande elemento de despesa, em que se acha pretensamente o maior espaço. Mas, além do elemento de despesa, qual relação nós podemos ter entre o pagamento da dívida e esse esforço de redução de despesa? Essa é outra questão que também é posta. Não é que não devamos reduzir, mas onde reduzir? Por que não reduzir no tamanho do serviço da dívida pública brasileira? Esse pode ser um caminho? Até onde podemos ir? Reduzindo, qual efeito colateral isso pode ter? Acho que essas são questões importantes para se inserir na pauta do Congresso Nacional.

Aqui somos reflexo de todas as parcelas da sociedade. Todas as parcelas precisam ter voz aqui também. Nosso desafio é tentar encontrar o caminho do consenso. Esse é o desafio do Congresso: ser o porta-voz das demandas da sociedade e encontrar o caminho do consenso.

É isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputado.

Com relação ao que V.Exa. disse sobre a participação desta Comissão Especial em uma sessão conjunta com a Comissão de Educação, nós já iniciamos, em nossos processos de audiência, a oitiva também de especialistas e representantes das entidades educacionais. E haverá outras pela frente. Então, nós obviamente vamos tratar disso.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, já que V.Exa. mencionou esse assunto, gostaria de dizer que essa pauta já chegou à Comissão de Educação. Para otimizarmos nossos trabalhos, sugiro fazermos logo uma sessão conjunta com a Comissão de Educação — essa é a minha proposta —, para que todos no mesmo ambiente possam apresentar propostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O.k., Deputado Danilo Cabral. Muito obrigado.

Vou encerrar a parte dos debates. Gostaria primeiramente de fazer uma rápida consideração. Prof. Velloso, o senhor disse que o senhor mesmo mais alguns especialistas tinham uma visão antecipada sobre para onde nós caminhávamos. E eu, que acompanho também a sua trajetória, através da imprensa e de palestras, já tinha notado isso.

Entretanto, nós não podemos deixar de considerar que também a Presidente Dilma tinha essa visão antecipada — ela, a sua assessoria e seus Ministérios. É impossível que não houvesse alguém que estivesse alertando sobre o rumo que o Brasil estava seguindo diante de uma política econômica tão equivocada.

O que temos certeza de que aconteceu é que, dado o fato de que estava às vésperas de uma reeleição, ela não tomou as providências que, sendo tomadas a tempo, poderiam ter evitado que chegássemos à situação a que chegamos. E posteriormente ela não teve condições políticas de reverter o quadro.

Quando, logo após a sua eleição, ela quis promover o ajuste, inclusive com a presença do Joaquim Levy, um homem sintonizado com esses problemas, ela já tinha perdido todas as condições políticas, porque ela fez um discurso na eleição e depois teve de enfrentar a realidade. E eu acho que foi aí que nós perdemos totalmente o controle das contas públicas.



Gostaria de fazer duas perguntas. Em primeiro lugar, fazer esse ajuste agora sem a reforma previdenciária e sem a reforma trabalhista é sustentável? Até onde vamos conseguir promover alguma melhora nas expectativas de futuro?

Outra pergunta, que pode ser para o senhor ou para o Sr. Samuel é sobre as reservas. Acho que o Deputado Darcísio Perondi mencionou essa questão. As reservas poderiam ser utilizadas? Isso teria algum impacto? A utilização das reservas em algum setor poderia ser adicionalmente agregada ao nosso esforço?

Quanto à questão de prazo, Prof. Velloso, a emenda propõe que daqui a 10 anos haja uma revisão para posteriores 10 anos. Eu estou colhendo assinaturas para uma emenda que quero apresentar. Aqui se prevê que o primeiro prazo seja de 7 anos, para coincidir com o ciclo político, para que o Executivo, daqui a 10 anos, no meio do mandato para o final, não faça uma mudança conveniente, digamos assim, em termos de sucessão própria.

Eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores sobre o assunto.

Eu também quero acentuar o conflito distributivo. E acho que a solução para o conflito distributivo, civilizado — expressão usada pelo Prof. Samuel —, a responsabilidade, mais do que a solução, deve ser do Congresso. Creio que essa decisão que a emenda traz no seu bojo é uma transferência de responsabilidade para o Congresso. Ele, sim, deve promover a harmonização do conflito distributivo, porque somos nós que vamos decidir, no Orçamento, para onde vamos direcionar os poucos recursos que sobrarão, diante do fato de que há despesas obrigatórias e investimentos dos quais não poderemos fugir.

Deixo esses temas para reflexão e passo imediatamente a palavra ao Dr. Raul Velloso para que dê sua resposta.

O SR. RAUL VELLOSO - Muito bem. As perguntas dos senhores são fundamentais e precisam ser discutidas. Será uma pena se nós não conseguirmos, em virtude da limitação do tempo, responder todas elas. Eu nem sei se eu vou conseguir me lembrar de todas. Nós podemos fazer mais de uma rodada, dependendo do tempo.

Na realidade — tenho conversado muitas vezes com V.Exa. sobre isso, Deputado —, eu estou inteiramente à disposição, acredito que Samuel também. Eu encaro essa mudança, que aparentemente vai ocorrer a partir de hoje, como a



transferência para o Congresso de uma responsabilidade muito maior para discutir os assuntos e definir estratégias. Vai ser preciso — o Deputado chamou a atenção para isso — haver muita discussão aqui para mostrar à sociedade que outro Brasil está começando.

Eu começo pelo fim, porque essa pergunta é mais fácil e mais rápida. Eu participei, em 2011, de vários painéis de um dos fóruns que a revista *Exame* sempre promove. No primeiro dia houve um almoço, e a convidada era exatamente a Presidente afastada. Ela fazia o pronunciamento inaugural, nobre, mas não podia haver perguntas. Era um almoço, as pessoas comiam e ela falava. E ela falou durante bastante tempo. Eu estou falando de 2011. Eu estava lá, sentado, escutando. No final do almoço, todos aplaudiram. Eu sei que normalmente isso acontece quando se trata de Presidente da República. Mas eu saí estarecido daquele almoço, quando ouvi o que ela falou que ia fazer.

Eu me refiro a isso para responder à sua pergunta. Ela raramente comunicava as estratégias. Nesse dia ela comunicou que ia fazer isso, isso, isso, isso, isso. E fez até onde ela conseguiu, mas fez tudo errado. E o pessoal aplaudiu.

Por isso eu acho que temos que discutir mais os assuntos e, para isso, quero me colocar à disposição desta Comissão e de outras para o que for necessário. Eu moro em Brasília. É muito fácil vir a qualquer hora. Eu já sou um senhor rumando para a paralisação da atividade. No Governo, vivi muitas situações difíceis. O Samuel falou muito dos anos 80 e 90, mas eu vivi isso na carne. Negocieei com o FMI. Eu acho que esta é a hora de os mais velhos se colocarem à disposição, apresentarem sugestões e ajudarem.

Começo a me manifestar em relação às outras colocações chamando a atenção para o que gostei na PEC. Eu tinha uma sensação, e continua muito viva em minha mente, que chegou a hora de fazer diferente do que nós vínhamos fazendo até então. Agora, a questão é o gasto. É uma espécie de aposta que o País tem de fazer. O País tem de dizer para a sociedade, através das suas lideranças, que ele escolheu atacar a questão do gasto. O resto não interessa, será o que acontecer. O mercado financeiro vai gostar? Não importa. Gostem ou não, é o que resta ao Governo fazer.



Essa me pareceu a escolha que o Governo fez, quando enviou essa PEC. Que outros caminhos haveria, pelo que nós já fizemos? Cortar investimento, aumentar carga tributária. Nós já fizemos isso muitas vezes no passado. Eu mesmo vivi isso; não estou falando porque li, mas porque vivi.

Aquele quadro mostra que o investimento representa 3% do total. Não é possível querermos continuar enveredando pela rota de cortar investimento. Isso é uma coisa.

Sobre a carga tributária: o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. A solução é nós fazermos a opção pelo ataque ao gasto. E o resto — desculpem-me a franqueza e a crueza — que se dane. Só as pessoas mais velhas podem falar assim.

Este gráfico é uma demonstração do que estou dizendo. Essa linha azul representa a taxa de crescimento da receita da União, a linha vermelha, a taxa de crescimento do gasto. Aquilo que eu falei antes foi que nesse período milagroso que houve aqui ambos cresceram a 9% ao ano. Aí veio a grande confusão dos últimos anos, e o gasto ficou, em média, em 6%, embora o gráfico não permita ver com tanta clareza, numa época de menor volatilidade.

Aqui, as volatilidades são muitas, mas depois que a economia desabou — a queda da arrecadação, a queda da economia está representada pela linha azul —, o gasto ficou em torno de 6%. Este foi o último dado observado: 7,9% no gasto, menos 1,8% na receita.

A partir daqui, são minhas projeções livres do crescimento da receita e da despesa. A aposta que está sendo feita é que, no final de 2017, a estatística vai mostrar o crescimento real do gasto no valor zero. A forma de se chegar 7,9%... Eu só sei que tem que chegar em dezembro de 2017, porque as taxas se referem às taxas anuais, e terá um caminho que não precisa ser esse caminho organizado como está aqui, mas vai ter que se chegar a zero, e em zero permanecer. Se forem 10 anos, 20 anos, sinceramente eu acho que isso, hoje, é menos relevante. O relevante é estabelecer que isto aqui é a aposta que o Brasil vai fazer. Eu apenas desenhei o que vai acontecer com a receita, porque vai acontecer algo parecido com isso.



E não importa, vai acontecer uma recuperação. Depende muito da nossa capacidade de fazer as coisas direito para a economia se recuperar mais rápido, e a receita vir junto. A diferença entre a linha azul e a vermelha é que vai mostrar o aumento da nossa capacidade de fazer o pagamento de pelo menos uma parcela do serviço da dívida, porque é isso que nós temos que fazer. Mas o tamanho disso não deveria ser maior em função do aumento da carga tributária, já que não se sabe se vai dar certo. Há um milhão de razões para não se mexer na carga tributária.

Este é apenas um retrato, um desenho do que eu acho que vai acontecer. A aposta é na linha vermelha, e é algo muito simples. O País tinha de se organizar hoje em torno disto: apostar que a linha vermelha vai ser zero a partir do fim do ano que vem, e o resto é o que der. Apostar que essa é a saída, que ela puxará tudo o mais, trará a confiança e os investimentos de volta, devolverá a confiança no consumo. E vamos discutir questões do modelo econômico e ver se devemos mudar isso ou aquilo. Mas é isto que tem de ser feito. Ponto.

É claro, nós precisamos explicar por que tem que se fazer isso. Fazendo isso, na hora que se estabelece e se mantém o zero, e se organiza para produzir o zero, acontece aquilo que o Samuel e vocês falaram, como, dentro do gasto, o conflito distributivo vai ser administrado. Não adianta querermos antecipar isso agora. Como nós vamos administrar o conflito distributivo? Eu acho que é mais importante mostrar isso e apostar nisso. O Governo tem que se organizar e ajudar o Congresso a administrar o conflito distributivo. Mas há de se explicar à sociedade por que apostar tudo nisso.

Eu volto um pouco atrás — estou tentando responder a todas as perguntas — para dizer que temos de olhar o que ocorreu nos últimos anos com as contas públicas brasileiras, pensando que há um modelo por trás dos resultados oriundo da Constituição de 1988, dos desejos da sociedade, de quem quer que seja, que produziu e produz o crescimento do gasto que se concentra em certos itens. É o que eu chamo de “a grande folha”. Esse crescimento é, no mínimo, de 6% ao ano, se bobearmos, pode chegar a 9% acima da inflação. Isso é insustentável. Ponto final.

E há o seguinte agravante: as projeções científicas que eu e colegas fizemos demonstram que vai crescer em relação ao PIB para dobrar até 2040. Quer dizer, vai crescer o dobro do PIB, o que é impossível, pois não há economia no mundo que



sustente esse cenário. É isso que nós temos de explicar. Hoje já é insustentável, se deixar correr, vai dobrar o agravamento da situação. A única coisa que resolve isso é hiperinflação e não é inflação, é hiperinflação, o que nós já vivemos. É inflação de 2.000%, 1.000%. E volta aquela loucura que eu vivi no Governo ao tentar debelar a crise.

O conflito aparece dessa forma. Por isso nós temos de focar no gasto. As pessoas, os mercados que financiam a dívida, os investidores que tomam decisão de longo prazo em relação ao Brasil já têm uma noção clara disso. Nós não temos, como vocês mesmos disseram. A sociedade em geral não tem, mas os que tomam decisões que pesam na economia têm. E sabem que, se nós não formos capazes de sinalizar uma mudança simples de se ver, que garanta que nós vamos reverter essa tendência...

O que está ocorrendo hoje é um agravamento de uma tendência estrutural, que apareceu conjunturalmente porque talvez o Governo que está prestes a sair tenha cometido um monte de absurdos que fizeram com que o problema, a face conjuntural aparecesse com maior força. Se a economia continuasse crescendo... Eu acho que isso nunca ninguém disse. Vamos imaginar que o Governo Dilma tivesse mais características do primeiro Governo Lula do que do próprio Governo Dilma. Poderia ser — essa é uma questão para nós discutirmos, mas não haverá tempo agora — que a economia se comportasse razoavelmente nesse período. O problema estrutural continuaria se agravando. Mas a diferença é que o estrutural se agrava lentamente e vai aparecer exatamente quando o conjuntural explodir. Às vezes é mais fácil se lidar com o estrutural empurrando com a barriga aqui e ali. Enquanto o conjuntural não desaba, ele não aparece com toda a força. Na hora que o conjuntural desaba, aí, sim, ele aparece. Se o Governo tivesse agido diferentemente, talvez não estivéssemos vivendo o que estamos vivendo aqui. Nem o País estaria sofrendo uma mudança abrupta e traumática como esta.

No fundo, eu vejo isso, é claro que eu nunca desejaria isso, como uma forma que se revelou eficaz para nos pressionar a resolver um problema que não estávamos querendo resolver. Há tempos eu digo: “*Não gaste e tal*”. E como a Receita dava conta, a turma se esquecia de olhar isso e o problema ia se agravando.



O que aconteceu no ano passado, em 2015, é que, além dos outros erros do Governo anterior, supostamente anterior, sobre os quais poderíamos passar horas falando, houve o fato de que a Presidente — sempre era ela quem tomava as decisões — pensou assim: *“Eu já cansei de ouvir esse negócio de que cresce, cresce, cresce. Tem um chato aí denunciando que vai crescer. Eu quero fazer mais”*. É isso. Ela mesma se cansou daquilo e disse: *“Eu quero fazer mais. Eu quero fazer e quero usar o Governo como um grande financiador”*. Isso fazia parte da sua política populista.

Eu não me lembro de país nenhum usar banco de desenvolvimento. Para começar, a maioria dos países não tem banco de desenvolvimento, e quando tem usa-o de forma contida. Mas aqui se pensava: *“Vamos usar o banco, nós somos quem decidimos o quanto vamos pôr lá e vamos financiar quem quisermos”*.

Eu cansei de ouvir isto de pessoas que iam ao Ministério da Fazenda: *“Como é que eu vou fazer isso, se não tenho financiamento disponível?”*. E autoridades do Ministério da Fazenda diziam: *“Mas como? O BNDES é o nosso braço de financiamento. Nós aqui pegamos o telefone e dizemos: empresta, financie A, B, C ou D no valor tal”*. Entenderam?

Além disso, a Presidente pensou em fazer outros programas, como o Minha Casa, Minha Vida, alguns até de muito mérito, e outros gastos.

O drama, que eu deveria ter incluído na tabela e não fiz, é separar, nesse item do que cresceu no último ano, o que é obrigatório e o que é discricionário. O peso do obrigatório é muito alto. E, pior, incluiu-se algo novo como sendo obrigatório, e vai ser muito difícil agora desmanchar. Se fosse discricionário, se poderia pensar que isso foi feito num ano, mas no ano seguinte poderia ser reduzido, apagado, do mesmo jeito que se fez com o investimento ao longo desses últimos anos. É pior, porque aquilo é um novo pepino que se vai somar aos existentes, que é a “grande folha”, e agora vai precisar ser descascado nesse esforço.

Mas eu acho, sinceramente, que não adianta ficarmos discutindo se há outra coisa que se poderia fazer; se há outra forma mais sofisticada, mais inteligente de fazer essa guinada pelo controle do gasto. É perda de tempo se pensar nisso. Vamos agarrar isso e fazer, não há muito a pensar. Eu disse que, se tivesse



capacidade de sugerir alguma coisa, eu teria dito que se deveria fazer algo mais duro do que a taxa de inflação.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Parava tudo.

O SR. RAUL VELLOSO - Cada pessoa tem uma opinião.

Parece que isso que surgiu é um consenso de grupos que estão no poder e se chegou aquilo: é isto que eu acho que se tem que fazer, agarrar isso com todas as unhas e tentar fazer com que aquilo que estava no gráfico, que sumiu, aconteça na prática. É claro, vai-se ouvir reclamação da saúde, da educação, e nós vamos ter que discutir isso no detalhe. Não tem como fazer isso se não for detalhadamente.

Nós podemos acabar descobrindo, nesse processo de discussão de detalhe, que há muito gasto obrigatório sendo feito em várias áreas, inclusive saúde e educação, que, se for tirado da pauta, não faz diferença nenhuma, como há gasto que, se for tirado, fará diferença.

Eu estou dizendo isso porque já vivi isso. Um exemplo do que eu queria dizer...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Professor, o senhor me permite só um segundo? Pode ser, Sr. Presidente, só um segundo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Vai haver um tempo de réplica. V.Exa. poderia aguardar?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - O.k.

O SR. RAUL VELLOSO - Eu estou concluindo e o faço contando uma experiência que vivi no Governo Sarney. Nós pensávamos um pouco. Vejam como eu já penso nisso há muito tempo. Os problemas não são novos. Fizemos uma reunião com dois Ministérios, Fazenda e Planejamento, pela primeira vez na história. Eles eram fortemente integrados, não havia disputa. Os dois Ministros eram afinadíssimos. Nós fizemos um grupo de trabalho com os dois Ministérios para o que se chamou — todo mundo aqui é jovem, não vai se lembrar — de Operação Desmonte. O nome era esse.

Então, nós nos reunimos. Havia umas cem pessoas nos dois Ministérios. O coordenador era Everardo Maciel, alguém que ainda está vivo, circulando. A Operação Desmonte consistia em pegar a pauta do gasto (acho que isso tem que ser feito agora), analisá-la, mas sem o respaldo de uma emenda constitucional, item



a item, no último Orçamento que havia sido aprovado. Eram 80 pessoas, os melhores especialistas, cada um cuidava dos itens dentre os quais o Orçamento foi dividido. E fizemos em 3 meses ou 4 meses uma proposta do que se fazer em relação a cada item.

Os senhores não têm ideia de como nós descobrimos coisas irrelevantes dentro desse Orçamento, coisas que nós podíamos retirar — e propusemos retirar — que não teria reação nem resistência nenhuma. Da mesma forma que havia outros itens que caberia olhar com mais cuidado porque haveria resistência. Eu sei que essa é uma discussão sem fim.

Eu concluo sugerindo uma aposta no gasto, o resto que se dane! Vamos fazer tudo. Se nós conseguimos fazer isso, o resto todo vem atrás. Se nós começarmos a criar um programa para cuidar disso, daquilo, etc. etc., nós acabamos não fazendo nada e, de novo, estaremos aqui de volta discutindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Muito obrigado, Sr. Velloso.

Vamos conceder a palavra ao Prof. Samuel, senão corremos o risco de perder também a oportunidade de ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, permita-me só 30 segundos.

Gostaria que o senhor didaticamente explicasse “congelar”. Dar reajuste pelo IPCA é congelar ou não na linguagem de economia?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Obrigado, Deputado Perondi, era exatamente isso que eu queria perguntar, porque dá a impressão de que não vai ter nem correção da inflação. E não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O.k.

Tem a palavra o Prof. Samuel.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Obrigado pelas perguntas. Eu vou tentar respondê-las.

O SR. RAUL VELLOSO - Samuel, permita-me só 1 minuto, porque eu não posso deixar de falar em relação a isso. Esse gráfico que eu mostrei é muito importante para uma discussão interna como esta, para se perceber a essência do que se está fazendo. Talvez ele tenha que ser alterado e tenha que ser colocado em termos nominais. Ainda que visualmente não fique claro, ele mostra o crescimento.



Ali, como eu descontei a inflação, dá a impressão de que o salário está congelado. Mas eu gostaria de dizer para os senhores que na essência é isso.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu quero linguagem para as ruas. Vai congelar o meu salário? Eu não quero.

O SR. RAUL VELLOSO - Eu não sei se visualmente isso vai ficar claro. Na hora em que se puser a inflação — não é, Samuel? —, pode ser que se tenha...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não precisa colocar a inflação, só tem que falar. Nós estamos falando de aumento real de despesa. Já há pessoas preocupadas com os que vão nascer. Quando eles nascerem, resolvemos o problema deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Tem a palavra o Sr. Samuel Pessôa.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Eu queria responder em três etapas. Primeiro eu vou rapidamente responder a pergunta que acho mais difícil, que é a do Deputado Danilo Cabral, sobre como fica toda a demanda da sociedade pela melhoria social, pelo fato de termos uma sociedade bem desigual. O Sr. Raul já tratou muito desse tema, mas eu gostaria de contribuir dizendo como eu vejo isso.

A segunda parte da minha resposta toca em um tema que eu acho que ainda não foi falado, mas foi perguntado, do qual não tenho a menor dificuldade de tratar. Refiro-me à questão dos juros, das compromissadas, da dívida. Vamos conversar sobre isso. Eu vou gastar um tempo maior nesse item, já que o Sr. Raul não o abordou.

Quanto à terceira parte, eu anotei tudo e eu vou responder rapidamente, ponto a ponto, o que não foi tratado nos dois primeiros itens.

Deputado Danilo Cabral, nós vimos de uma época, de uns 15 anos, provavelmente, em que quisemos criar o seguinte teorema: gasto meritório tem orçamento. Infelizmente, esse teorema está errado. Infelizmente esse teorema está errado!

A PEC, se ela for aprovada, vai doer! Vai doer! Vamos ter que fazer diferente. Não é possível gastar 10% do PIB com educação. Podemos votar quantas leis nós quisermos colocando 10% do PIB para a educação, mas não vamos gastar 10% do PIB em educação. Iremos produzir hiperinflação. É impressionante como as pessoas



não entendem isso. Uma sociedade que entre 1950 e 1995 viveu em estado inflacionário crônico, com várias hiperinflações, não aprendeu isso?

Eis a primeira questão que temos que aprender: o fato de um gasto ser meritório não significa que há dinheiro para ele. Eu acho que a PEC dói, mas se nós não a aprovarmos, no meu entender, vai doer muito mais. Muito mais. Eu até acho que ela veio tarde demais.

Eu sou mais pessimista, acho que daqui a 5 anos estaremos com inflação acelerando na casa de 10%, 15% ou 20%. Acho isso. Acho que demoramos muito.

Rapidamente, ao tratar essa questão do atraso, só há uma discordância com V.Exa., Presidente Deputado Silvio Torres. Eu não acho que o problema foi 2014. Como mostrei na minha primeira tabela, o comportamento da receita passou a ser normal a partir de 2011. Os desequilíbrios foram construídos a partir de 2011. Não houve só seguidos erros de políticas econômicas — teve uma pergunta sobre isso e posso voltar se houver tempo —, essencialmente houve excesso de intervencionismo estatal, fazendo com que no intervalo entre 2009 para 2014 nós repetíssemos os mesmos erros que cometemos no Governo Geisel, item a item. Peguem tudo o que nós fizemos de errado no Governo Geisel, os senhores verão que nós reproduzimos tudo de 2009 a 2014. Todos, inclusive BNDES, fechamento da economia, distorção, desonerações desastradas, etc. Excesso de intervenção.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SAMUEL PESSÔA - Sim, mas aí já era meio tarde, de fato. Já era meio tarde. O que aconteceu é que a receita virou em 2011, e eles resolveram varrer para debaixo do tapete, porque houve seguidos programas de refinanciamento de dívida, excesso de dividendo, que descapitalizou as estatais, não só dividendos, mas antecipação de dividendos, e pedaladas fiscais.

Esses três expedientes que foram usados à larga fizeram com que se conseguisse empurrar o desequilíbrio por 3 anos, 4 anos. Quando ele chegou, estava muito grande. Adicione-se a isso uma Presidente que cometeu um enorme estelionato eleitoral para arrumar um desequilíbrio que estava muito grande e deu no que deu. O resto da história nós conhecemos.

Deputado, vai doer; mas se não fizermos, vai doer mais ainda.



Vamos para a questão que eu acho que é o fundo das perguntas que me foram levantadas, que estão associadas aos juros.

Primeira coisa, o juro real no Brasil. Reservas. Juro real no Brasil...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Achei que ia fugir.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Não, não! Eu moro em São Paulo. Mas quantas vezes os senhores me chamarem para vir aqui discutir esse tema, podem chamar todos os economistas campineiros heterodoxos, eu venho junto, sem nenhum problema. Adoro fazer esse debate. Eu tenho essa característica desde a minha infância. Não tenho nenhum problema em debater com quem pensa diferente de mim. Nenhum. Nunca tive. Nunca. Eu fui professor do Departamento de Economia da UNICAMP durante 4 anos, pensando de forma totalmente diferente. Convivi muito bem com todo mundo. E eu trato desse tema...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SAMUEL PESSÔA - *(Riso.)* Eu acho que dei boas aulas. Eu era professor de Cálculo I e II. Dava Matemática. Na verdade, eu não sou economista. Eu sou físico.

Então, não tenho problema com esse tema. Esse é um tema difícil. E o que está por traz dele é o seguinte: o juro real, no Brasil, é muito alto. É muito alto. Há teorias heterodoxas que dizem que o juro real no Brasil é fruto de uma conspiração do mercado financeiro — a Faria Lima, em São Paulo, com o Banco Central — que, artificialmente, produz juros reais elevados, para aumentar a lucratividade do setor financeiro.

Eu acho essa teoria uma total estultice, uma bobagem cavalgar. Tenho dificuldade de imaginar como pessoas acreditam nisso. Se isso fosse verdade, teria que haver deflação recorrentemente, porque, se há uma conspiração que promove juros mais altos do que o normal permanentemente, a inflação teria que cair. E, apesar dos juros reais muito altos, nós assistimos, o tempo todo, a uma inflação muito acelerada. Não só a inflação muito acelerada. Quando a Presidente, do alto da sua heterodoxia — ela estudou em Campinas — forçou o juro para baixo, o que nós colhemos a partir do primeiro trimestre de 2013? Ela começou a forçar o juro para baixo em agosto de 2011. O que nós colhemos a partir do primeiro trimestre de 2013? A aceleração da inflação. Forte inflação, que estamos vivendo até agora.



Para conviver com essa inflação, eles mantiveram os preços congelados durante muito tempo.

Então, o juro real no Brasil é alto, porque há excesso crônico de demanda. O excesso crônico de demanda vem porque nós somos uma sociedade que não poupa nada. Nossa taxa de poupança é ridícula. É ridícula. Nós poupamos 15% do PIB. Os Estados Unidos, um país conhecido por ser uma economia de baixa poupança, poupa 18%. E já é rica, com toda a infraestrutura construída. Esses 18% que eles poupam, na verdade, estão mal medidos nas suas contas nacionais, porque há muitas poupanças americanas que não são bem medidas. Esse é um detalhe técnico que aparece nas contas de transações correntes deles. Os Estados Unidos são um país, teoricamente, devedor do resto do mundo. Eles devem para o resto do mundo, mas quando entramos na conta de renda deles, vemos que eles têm uma conta de renda superavitária. Por que isso aconteceu? Porque os Estados Unidos têm investimentos externos muito bem feitos. Eles têm retorno desses investimentos maior do que o dinheiro que o pessoal investe lá dentro. Na verdade, se fizermos direito a conta da poupança americana, veremos que o número é um pouco maior.

Nossa poupança é muito baixa. Nossa poupança não é só baixa na comparação com Estados Unidos. Ela é baixa na comparação com Argentina, com Peru, com Bolívia, com Venezuela, com Colômbia. Bom, a Venezuela é um país que está em guerra civil. Não dá para saber. Mas se eu comparar com nossos pares veremos que é muito baixa.

Ela tem duas características que estão associadas ao que o Raul nos apontou sobre a trajetória do gasto público e do caráter cíclico do gasto público. Nossa poupança é baixa e, além de baixa, ela não responde em processos de aceleração do crescimento.

Vou dar um exemplo: nós tínhamos, em 2003, uma taxa de poupança de, aproximadamente, 15%, uma taxa de investimento de 13%. Portanto, tínhamos superávit externo de 2%. Nós descobrimos que tínhamos um governo de esquerda, fiscalmente responsável, com o Ministro da Fazenda com cabeça no lugar, com uma belíssima equipe econômica. Assim, o crescimento se acelerou e a taxa de investimento saiu de 13% para 18%. O que aconteceu com a taxa de poupança?



Saiu de 15% e foi para 16%. Nós saímos de um superávit de 2% para um déficit de 2%.

Por que o investimento subiu juntamente com o crescimento e a poupança não subiu? Pelo caráter cíclico do gasto brasileiro. O gasto público cresce muito mais quando há episódios de crescimento. Quando há redução do crescimento, ele cai, mas cai muito menos. Esse caráter cíclico do gasto público, da poupança pública, pro-cíclico, faz com que não só a poupança seja baixa, mas que também tenha um comportamento ao longo do ciclo que pressiona a demanda agregada o tempo todo. No momento em que ele teria que subir menos do que a economia, ele sobe mais. No momento em que deveria haver um alívio, ele não dá o alívio. Na volta o problema se agrava, porque ele não devolve o que comeu a mais na ida.

Esse caráter, que no meu entender está associado à nossa economia política, produz juros muito elevados. E os juros muito elevados estão por trás do custo elevado de carregamento da dívida pública. É muito elevado.

O SR. RAUL VELLOSO - A poupança pública não sobe.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Exatamente, a poupança pública não sobe, ela cai.

O SR. RAUL VELLOSO - Quando devia subir.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Então, um dos erros da nova matriz econômica é o intervencionismo, que foi pensado para os asiáticos. Os coreanos fizeram um pouquinho disso, muito menos do que nós, mas eles fizeram. Eles têm o BNDES deles, fazem lá os (*ininteligível*) deles, os campeões nacionais. Tudo isso eles fazem muito melhor do que nós. Muito melhor! Mas eles têm 35% de poupança! Como vamos adaptar um modelo que deu certo em outro país, em outra cultura, que tem outra burocracia — é outro Estado — e que poupa mais do que o dobro que nós? Como vamos adotar isso? Essa tropicalização do modelo asiático que tentamos fazer é loucura! É insanidade! Foi o conjuntural que agravou o estrutural.

E as operações compromissadas? As compromissadas têm alguma coisa a ver com isso, com a taxa SELIC? Nada. A forma como a política monetária é feita no Brasil é rigorosamente igual à forma como faz o FED, o banco central americano, como faz o banco central europeu, como todo o mundo faz.



Eu vou explicar aqui como é. Vai ser uma explicação meio técnica — peço que me deem uns 5 minutos —, mas eu acho que tenho que falar disso. A questão é simples. Considerem um banco qualquer, como o Itaú, por exemplo. Vamos supor que, no final do dia, sobre uma grana no banco. O que eles fazem? Como ninguém quer ficar com dinheiro parado, um banco começa a ligar para o outro: *“Eu tenho dinheiro. Quer? Posso lhe emprestar. Quanto você me paga?”* Há bancos em que está faltando dinheiro. Aí, quem tem dinheiro sobrando empresta a quem o dinheiro falta e cobra uma taxa. Vamos supor que começa a sobrar muito dinheiro nos bancos, que a nenhum deles falta dinheiro, que todo mundo está com sobra. Aí, um começa a emprestar para o outro a uma taxa um pouquinho mais baixa. Se continuar sobrando dinheiro, essa taxa vai a zero. Se essa taxa cobrada pelo banco que empresta para o outro vai a zero, os bancos começam a ficar com tanto recurso que passam a baixar as taxas de empréstimo cobradas das grandes firmas. Depois, eles começam a baixar a taxa de empréstimo para os outros demandantes, e toda a estrutura de juros da economia começa a cair.

Como o Banco Central controla o juro da economia? Os bancos emprestam dinheiro entre eles até certa taxa. Se essa taxa cai muito, ela começa a gerar uma pressão inflacionária sobre o sistema. Então, o COPOM, vendo como a economia está, estabelece uma taxa que faça com que a inflação não saia do controle. Ele diz o seguinte: *“Todo o excesso de liquidez no mercado eu estou disposto a comprar a esse preço”* — que é a SELIC — *“e, se faltar recurso no mercado, eu estou disposto a emprestar a vocês cobrando a SELIC”*. Então, a taxa a que um banco empresta dinheiro para outro nunca é menor que a SELIC. Quando começa a ficar menor, o banco empresta dinheiro para o Banco Central. É assim que funciona. Essa taxa é alta simplesmente porque o COPOM a fixa assim. O COPOM fixa uma taxa alta porque, se não o fizer, a inflação sai do controle. Já se tentou fazer isso 500 vezes, e sempre que se tenta fixar uma taxa mais baixa do que a que deve vigorar, a inflação volta. É assim que funciona.

E quanto às compromissadas? O banco não está com um monte de operação compromissada? Está, porque está sobrando muita liquidez no mercado. Por que está sobrando tanta liquidez?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Compromissada?



O SR. SAMUEL PESSÔA - Compromissada é a forma como o Banco Central faz essa operação. Vamos supor que, no final do dia, está sobrando grana no mercado, num banco, e a taxa a que um banco empresta dinheiro para o outro começa a cair. O que o Banco Central faz? O Banco Central tem um monte de títulos públicos que vão vencer daqui a 10 anos, daqui a 1 ano, daqui a 6 meses. Há no Banco Central um monte de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Aí, o Banco Central pega um pedaço de papel... Aliás, agora não deve ser papel, é tudo computadorizado. Enfim, como o Banco Central faz para tirar do mercado aquela liquidez, aquilo que está sobrando e pressionando os juros para valores abaixo dos juros SELIC? Ele pega um papel, um título público, e diz: *"Itaú, eu vou lhe dar esses títulos públicos com a garantia de que vou recomprar de você daqui a 90 dias ou daqui a 30 dias. Eu lhe dou esse título agora, e você me dá o excesso de liquidez que você tem. Daqui a 30 dias, eu vou recomprar esse título por um valor um pouquinho menor do que o que você me pagou"*. A diferença entre o preço que ele pagou ao Banco Central pela compra do título e o preço que o Banco Central vai pagar pela recompra daqui a 30 dias é exatamente a taxa de juros composta pelo número de dias que o banco vai ficar com o papel público.

Esse procedimento é chamado de operação com compromisso de recompra, ou compromissada. É com essas operações que o Banco Central controla a liquidez da economia, é assim que o banco central europeu controla a liquidez da economia, é assim que todo banco central controla a liquidez. Em inglês, chama-se de *repurchase agreements*.

O SR. RAUL VELLOSO - Samuel, deixe-me acrescentar algo, até para que sua garganta possa descansar. Se ele não fizer isso, se não assumir o compromisso de rapidamente fazer a operação inversa, o mercado não vai querer entrar e fazer essa operação. Por isso, tem que haver esse compromisso. É uma operação de curtíssimo prazo, só para manter a liquidez num nível que o Banco Central acha adequado. Imagine se ele vai vender um papel de longo prazo! Aí, o mercado fica com a liquidez, empresta para a praça...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - E a inflação vai parar no...



O SR. RAUL VELLOSO - E a inflação vai embora. É por isso que tem de haver o compromisso. Mas, sinceramente, isso é o bê-á-bá de qualquer país que faz controle monetário.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Agora, por que o saldo de compromissadas começou a crescer? Há vários fatores que fazem pressão para isso ocorrer: um é muito maluco, e os outros, nem tanto. Mas me deixem citar só um.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Governo não fez dinheiro para se endividar...

O SR. SAMUEL PESSÔA - O que acontece? O Brasil estava numa situação de melhoria, nós estávamos melhorando. Quando estamos melhorando, o juro cai. Esse é um dos sinais de que o País melhora. Além disso, conforme os títulos emitidos lá atrás vão vencendo, o Tesouro Nacional — agora não é mais o Banco Central — renova esses títulos a uma taxa de juros menor. Por quê? O juro está caindo porque o País está melhorando. Às vezes, em vez de renovar o título a um juro menor, ele prefere renovar com um prazo de vencimento maior, para alongar a dívida. Também é bom fazer isso.

Então, houve um período em que a dívida estava sendo alongada. O que aconteceu depois? O País começou a piorar e, em decorrência, os juros e o risco subiram. Começou a vencer um monte de títulos de longo prazo, que foram emitidos lá atrás, e o Tesouro viu que não dava para renovar aqueles títulos com o mesmo prazo e mantendo o mesmo custo. Nesse caso, para renovar um título de 2 ou 3 anos, ele teve que pagar um juro maior.

Já que o País piorou, o risco subiu. O que o Tesouro tinha que fazer? Ele tinha que emitir título curto, encurtar a dívida. Mas o Tesouro não quis encurtar a dívida. O que o Tesouro fez para não encurtar a dívida? Ele tem uma conta corrente no Banco Central com um monte de dinheiro... Depois eu explico por que ela está cheia de dinheiro. Aceitem, no momento, que o Governo tem uma conta corrente no Banco Central cheia de dinheiro. Então, o título longo venceu, e o Tesouro saca a grana que ele tem em sua conta corrente, paga o título longo e recompra o título no vencimento. Como ele tirou dinheiro da conta corrente dele, esse dinheiro foi para a liquidez do mercado, ficou nos bancos. Isso começou a pressionar para baixo o interbancário, o que um banco empresta para o outro. Como a SELIC está fixa, é



preciso colocar no mercado mais compromissadas para enxugar a liquidez, que aumentou porque o Tesouro recomprou o título longo no vencimento sacando dinheiro da sua conta. Ele não deveria ter feito isso, ele deveria ter emitido título curto.

Então, uma parte grande do crescimento das compromissadas se deve ao Tesouro ter terceirizado para o Banco Central a função de emitir títulos curtos. Isso é ruim, porque mistura política monetária com política fiscal, embora não altere a capacidade do Banco Central de controlar a inflação, porque ele sempre pode usar as compromissadas.

Para a minha explicação ficar completa, eu tenho que explicar a V.Exas. por que o Tesouro tem tanto dinheiro em conta a ponto de lhe permitir renovar um título longo sem ter que emitir outro título.

O SR. RAUL VELLOSO - Samuel, antes de você começar a explicar, dê-me licença para dizer uma coisa que eu acho que vai ajudar muito.

Quando há períodos demorados de normalidade e de melhoria fiscal, vamos ver que a trajetória da taxa SELIC está sempre caindo, caindo, caindo. Mas, de repente, ela sobe. A subida acontece quando o Governo não se comporta. Ele faz alguma besteira, e a taxa tem de subir pela besteira que foi feita.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - É para tirar dinheiro do mercado.

O SR. RAUL VELLOSO - Se fizermos aquele negócio que está naquele gráfico durante um período suficientemente longo, eu sou capaz de apostar que a SELIC vai cair, cair, cair, e a taxa de juros no Brasil vai ficar baixa. É assim! A taxa não baixa, porque chega uma hora em que se faz besteira, e a SELIC tem de subir, conforme esse trabalho do Samuel está descrevendo tão bem. É difícil dizer isso para quem está do outro lado, mas é muito simples: se o Governo se comportar bem por um período suficientemente longo, a SELIC vai baixando a cada reunião. Observando a trajetória da SELIC nos últimos anos, veremos os meses em que ela só caiu. Nesses meses, a economia se comportou direito, porque o Governo se comportou direito. Depois, a taxa começa a subir e a cair, a subir e a cair, a subir e a cair. Aposto que as subidas ocorrem por conta de besteira do Governo.

Se aguentarmos o tranco por um período suficientemente longo, a taxa de juros vai cair. Há uma turma que fica o tempo todo dizendo: *“Não, vamos atuar*



diretamente sobre os juros!” Não existe isso! Tem que atuar na raiz. Como o Samuel disse, existe um problema fiscal aparentemente insolúvel, misturado com outros erros, e isso faz com que a taxa de juros tenha de ser alta. É isso!

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, quero pedir licença, pois eu vou me retirar.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Governo usa dinheiro para pagar a dívida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado, como está sendo tudo gravado, precisamos dar uma certa formalidade.

Concedo a palavra ao Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, quero parabenizar o professor e o Sr. Samuel.

Eu vou ter que me retirar, porque chegou o meu limite de tempo para ir ao aeroporto. Mas eu gostaria de, em outra oportunidade, também poder participar desse debate com os senhores. Desculpem-me por sair, mas, do contrário, eu perco o voo.

Muito obrigado.

O SR. RAUL VELLOSO - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Edmar, eu também estava comentando que daqui a pouco vai ser iniciada a votação, e todos nós temos um grande interesse em acompanhá-la.

O SR. RAUL VELLOSO - Mas o Samuel precisa terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Eu vou pedir ao nosso palestrante Samuel que responda às perguntas.

Peço também aos Deputados que não façam apartes, se possível.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Faltou explicar por que o Tesouro Nacional tem em sua conta corrente no Banco Central um monte de dinheiro. Isso está associado a uma coisa muito esquisita, que é a forma como tratamos a mudança de valor das reservas.

O Banco Central tem um monte de dólar — não é dólar, são títulos do tesouro americano, que são denominados em dólar. Esses títulos estão no ativo do Banco Central, que os comprou com seus recursos. Portanto, no ativo do Banco Central



existe um monte de dólar. Quando o câmbio desvaloriza em reais, aquele dólar fica valendo muito mais. Então, parece que o Banco Central teve lucro. A legislação diz que aquele lucro, que vem só da desvalorização do real, deve virar um aumento do depósito que o Tesouro tem no Banco Central. Então, o Banco Central credita na conta do Tesouro Nacional — que está no passivo do Banco Central — um aumento do seu estoque exatamente igual ao valor em reais da valorização do ativo das reservas que estão no ativo do Banco Central. Então, aumentou a conta corrente do Tesouro, porque as reservas valorizaram em reais.

Vamos supor que 6 meses depois o processo se desfaz, e toda aquela desvalorização do câmbio vire valorização. Agora, aquelas reservas em reais que valiam muito, porque o câmbio tinha desvalorizado, voltam a valer o que elas valiam antes, porque o câmbio se valorizou e o real voltou ao valor anterior. O Banco Central teve um prejuízo. Como esse prejuízo é tratado? Deveria haver o saque da conta do Governo, para ser simétrico. Mas não é isso que a nossa regulamentação determina. A nossa regulamentação estabelece que, com esse prejuízo do Banco Central, o Tesouro deve emitir títulos e dá-los ao Banco Central. Então, existe uma linha no ativo do Banco Central, são títulos do Tesouro no ativo do Banco Central que são usados para fazer compromissada. Quando o Banco Central tem prejuízo porque as reservas em reais valem menos, essa linha é compensada, porque o Tesouro dá uns ativos, dá uma dívida para o Banco Central.

Então, quando o câmbio vai numa direção, o ativo sobe e o passivo sobe, aumentando a conta corrente do Tesouro no Banco Central. Quando o câmbio vai na direção contrária, uma linha do ativo cai e outra linha do ativo sobe para compensar, e ela sobe porque o Tesouro dá títulos. Essa assimetria de tratamento do processo de valorização e desvalorização das reservas faz com que o Tesouro tenha um monte de dinheiro lá. Isso não é fruto de superávit primário que ele fez no passado e acumulou. Aquele dinheirão é fruto dessa dança do câmbio.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Essa regulamentação é de quando, professor?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Do tempo do PT, 2008.

O SR. SAMUEL PESSÔA - De 2008.



O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Mas onde o Governo faz dinheiro para gastar? Eu li o livro do Mendes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Perondi, V.Exa. tinha prometido que não ia fazer aparte.

O SR. SAMUEL PESSÔA - O Governo pode usar essa conta corrente para recomprar títulos no seu vencimento, e ele tem feito isso. Existe um monte de títulos de longo prazo. É caro rolar esses títulos, porque o risco está alto. Então, em vez de rolar esses títulos, o Governo optou por usar o dinheiro que ele tem na conta corrente para recomprar esses títulos no vencimento. Ao usar esse dinheiro que ele tem na conta corrente e recomprar os títulos, o Governo manda a liquidez que está parada no Banco Central para o sistema bancário como um todo. Quando faz isso, ele pressiona para baixo as taxas de juros do interbancário — que é um banco emprestando para outro. Para evitar esse movimento, o Governo é obrigado a colocar compromissadas. Então, as compromissadas subiram muito, porque o Tesouro terceirizou para o Banco Central o papel de encurtar a duração média da dívida pública. Portanto, não existe nenhuma conspiração.

O SR. RAUL VELLOSO - Vai explicar isso para o povo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Seria difícil mesmo.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Outro tema é o calote da dívida. Por que simplesmente não se renegocia a dívida em bases diferentes? Ora, dívida é uma relação contratual. Não existe renegociar a dívida. Pode-se renegociar, mas isso é um calote, é uma quebra contratual. Existe um calote que não é quebra contratual. Sabem qual calote não é quebra contratual? A inflação. Nós estamos caminhando para esse calote.

Foi perguntado sobre Grécia: *“Vamos virar uma Grécia?”* Existe uma diferença entre o Brasil e a Grécia. A nossa dívida está na mesma trajetória da dívida grega. Então, nessa dimensão, o Brasil está virando a Grécia. A Grécia tem finanças públicas mais ou menos como as do Governo do Rio de Janeiro. Acabou o dinheiro, e o que fez o Governo do Rio de Janeiro? Parou de pagar. Há um problema lá! Os Estados estão com um problema dramático, porque vai faltar dinheiro em todos os Estados. Esse é um tema que não discutimos aqui. Os Estados brasileiros, no médio prazo, estão todos quebrados, ao contrário da União. O



problema da União é a folha de pagamentos, o dos Estados é pessoal. O que quebra os Estados brasileiros é pessoal e Previdência de servidor.

O SR. RAUL VELLOSO - Não é muito diferente.

O SR. SAMUEL PESSÔA - A Grécia é como o Estado do Rio de Janeiro, porque a Grécia escolheu entrar na zona do Euro e, ao fazer isso, ela não pode imprimir dinheiro, ela não tem banco central. O Brasil, por outro lado, quando virar a Grécia, vai determinar ao Banco Central que imprima papel para refinanciar a dívida. Nós iremos monetizar a dívida e, ao fazer isso, nós vamos gerar inflação. A nossa saída é diferente da saída grega, porque a grega tem uma restrição fiscal dura, e a nossa, não. A Grécia não vai para inflação, vai para a recessão. Mas nós vamos para a inflação!

O SR. RAUL VELLOSO - Samuel, eu posso interrompê-lo de novo? Desculpe, é só para completar e lhe dar um fôlego.

Antes de chegar à Grécia, nós faremos hiperinflação. É isso, só isso.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Eram várias as perguntas, Deputado. Eu acho que as respondi.

Deputado Darcísio Perondi, V.Exa. está satisfeito?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A questão do congelamento. Eu não quero congelar o meu salário. Explique.

O SR. SAMUEL PESSÔA - A PEC restringe o crescimento do gasto à inflação. Não o congela, porque congelar é não crescer igual à inflação.

Mas a PEC vai doer. Por quê? Porque, nos últimos 25 anos, o gasto da União cresceu 6% ao ano em termos reais. Agora, com a PEC, ele vai crescer zero nos próximos 10 anos. Note que esses 10 anos com crescimento zero são necessários para compensar os 25 anos em que cresceu 6%.

Nós estamos tendo que impor uma regra meio dura, embora um monte de gente preferisse alguma coisa ainda mais dura. O que seria o razoável, na verdade? Que o crescimento do gasto fosse igual à meta inflacionária. Se o crescimento do gasto fosse igual à meta inflacionária, nós saberíamos que a inflação ia atingir a meta. Mas o crescimento do gasto não é a meta inflacionária, o crescimento do gasto é a inflação do ano anterior. Isso é duro, frente ao que aconteceu nos últimos 25 anos.



Sim, a PEC vai doer. A única coisa que eu estou tentando argumentar para V.Exas. é que, se não pagarmos esse preço, iremos pagar um preço ainda mais alto, na forma de inflação.

A sociedade ainda não percebeu o tamanho da crise. Eu acho que principalmente Brasília não percebeu o tamanho da crise, porque é uma cidade com uma presença muito grande de servidores públicos, que têm um contrato de trabalho muito diferente, que os protege totalmente da crise. Eu acho que isso dificulta sobremaneira a percepção da crise.

Eu acho que o que se fez de 2009 para cá foi desastroso. A qualidade da política econômica praticada de 2009 a 2014 foi a pior da República. Houve excesso de intervencionismo; mudança do marco regulatório do petróleo; intervenção no setor elétrico; fechamento da economia; Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores — INOVAR-AUTO; aquela tentativa de reconstrução da indústria naval; 400 bilhões de dólares para o balanço do BNDES; menos transparência das contas públicas; queda do superávit primário; redução forçada dos juros; queda do *spread* bancário na marra; uso dos bancos públicos de forma irresponsável para fazer o *spread* bancário cair na marra; desonerações de IPI muito mal desenhadas, que produziram ciclos terríveis na nossa indústria de transformação — por exemplo, durante 2 anos as indústrias de caminhões trabalharam com três turnos e hora extras, mas há 3 anos elas trabalham com um turno e banco de horas. Ou seja, esses ciclos que a política econômica vai jogando sobre a nossa indústria torna o dia a dia da indústria muito mais difícil. É uma lista longa de erros que foram cometidos.

O que nos surpreende e entristece muito é que esses erros foram cometidos no regime militar, após o choque do petróleo de 1973, quando o preço do petróleo triplicou. Os mesmos erros cometidos no Governo Geisel foram cometidos de 2009 até 2014 — um período, pela direita; outro período, pela esquerda —, o que sinaliza que as pessoas precisam, pelo menos, estudar melhor a história para não repetir os erros. Se for para errar, que se cometam erros novos!

O Deputado Subtenente Gonzaga falou muito da despesa com pessoal. De fato, o gasto da União com pessoal — servidores públicos e aposentados — está relativamente estável.



O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A Previdência pública, não. Está estável para o pessoal da ativa.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Não, não. A Previdência da União também é estável.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Não? A última vez que eu tinha visto...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Tem alguma coisa errada aí.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Eu me baseei na tabela apresentada pelo professor.

O SR. SAMUEL PESSÔA - O buraco, como proporção do PIB, está estável nos últimos 20 anos.

O SR. RAUL VELLOSO - Não, estava separado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Ah, estava separado.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Já vou falar dos Estados, que é outra história.

O fato é que, somando pessoal da União mais inativos da União, como proporção do PIB, dá alguma coisa como 4,2%.

O SR. RAUL VELLOSO - O total, não é? O total. Isso não quer dizer que...

O SR. SAMUEL PESSÔA - Que isso seja razoável.

O SR. RAUL VELLOSO - Não, isso é crescimento alto! Isso vai crescendo com o PIB.

O SR. SAMUEL PESSÔA - É um crescimento alto, porque o PIB cresceu.

O SR. RAUL VELLOSO - Basta comparar com o que se quer fazer agora.

O SR. SAMUEL PESSÔA - O que está totalmente desequilibrado e explosivo é o gasto dos Estados e dos Municípios com pessoal e servidores públicos inativos. Por que isso? Porque Estados e Municípios têm relativamente mais servidores do que a União. Adicionalmente, Estados e Municípios têm o grosso das carreiras do serviço público com aposentadorias especiais, como professores, policiais militares e bombeiros. A pessoa entra na carreira com 25 anos e aposenta-se com 50 anos de idade recebendo aposentadoria integral. Isso está quebrando o instituto das aposentadorias especiais. A carreira dos servidores públicos nos Estados e Municípios está por trás da quebradeira do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, e vai quebrar todos os Estados do País.



O SR. RAUL VELLOSO - Samuel, eu posso adicionar uma coisinha? O controle das corporações de servidores sobre o orçamento de Estados e Municípios é maior do que o controle das corporações sobre a União. Essa é a diferença.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Quero dar um número de qualquer Secretaria da Fazenda de qualquer Estado. Para cada coronel da Polícia Militar que está em atividade, o Tesouro estadual paga de 20 a 40 benefícios a coronéis na inatividade — para os próprios coronéis aposentados ou para seus familiares. Ora, a razão de 1 para 40 não vai sobreviver. O que vai acontecer é que os Estados vão quebrar, como o Rio de Janeiro está quebrando. Uma hora vai ser igual à Grécia, não vai haver dinheiro. Eu não sei como isso será resolvido.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sou policial militar, e quero dizer que essa conta também vai para os delegados e para outros servidores. Senão, fica só nas minhas costas. *(Riso.)*

O SR. SAMUEL PESSÔA - Não, não. Todas as carreiras têm aposentadoria especial.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Ah, eu sabia que a culpa era sua!

O SR. SAMUEL PESSÔA - *(Riso.)* Todas as carreiras têm aposentadoria especial...

O Deputado Eduardo Cury se refere ao aumento da carga tributária de 24% do PIB para 34% do PIB.

Eu acho que Gustavo Franco quis dizer o seguinte. Quando havia uma inflação muito alta, existia uma receita que nós chamamos de imposto inflacionário. Se a inflação está subindo, o Governo tem que imprimir papel. O Governo imprime esse papel e gasta. Então, ele tem uma fonte de receita além dos impostos normais, chamada de senhoriagem, que é o poder que o rei tem de emitir papel.

O SR. RAUL VELLOSO - Samuel, eu acho que o ponto dele — e ele tem razão — é que, em adição à carga tributária, existe o imposto inflacionário. É isso.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Já vou chegar ao ponto. O que o Gustavo falou...

O SR. RAUL VELLOSO - Mas a carga tributária incide sobre a sociedade, o imposto inflacionário tira dos mais pobres.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Claro que tira!



O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Há um acréscimo, e se retira da sociedade.

O SR. RAUL VELLOSO - Sim, claro. V.Exa. está certo.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Eu vou chegar lá.

Houve um aumento de 12 pontos percentuais do PIB de impostos. A queda de imposto inflacionário, com a estabilização, é da ordem de 3%. Então, desse aumento de 12 pontos percentuais, 3% foram devolvidos, e o aumento líquido foi de 8% a 9%.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Por que isso foi necessário?

O SR. SAMUEL PESSÔA - Por que a carga tributária aumentou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Vou pedir que o deixemos terminar, senão os assuntos vão se multiplicar.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Mas este é o ponto: a carga tributária aumentou porque o gasto público aumentou. A carga tributária aumentou para pagar o gasto público, ou seja, esse aumento de carga tributária não foi para corrupção, mas para a folha de pagamento, como o Raul nos mostrou. Se não tivesse havido esse aumento da carga tributária, a dívida estaria explodindo e inflação estaria batendo há muito tempo.

O que aconteceu — conforme a minha primeira tabela — foi que, de 2011 para cá, a carga tributária deixou de crescer. Os impostos deixaram de crescer a uma velocidade muito maior do que o aumento do PIB. Quando isso aconteceu, os problemas apareceram.

Acho que deu para responder tudo.

O SR. RAUL VELLOSO - Tenho um complemento mínimo: o imposto inflacionário vem depois da carga tributária. A carga tributária não dá conta de financiar as despesas. Por isso, a inflação é muito funcional e útil, inclusive evitando que fiquemos como a Grécia — ou adia isso.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Há alguns títulos do Tesouro indexados à inflação, e nós achamos que eles protegem contra a inflação. Eles protegem assim: a NTN-B paga IPCA mais 4% ao ano, IPCA mais 6% ao ano, seja lá como for. Mas nem a NTN-B protege contra a inflação. Por quê? Porque o Imposto de Renda de 15% incide sobre o juro nominal, e não sobre o juro real.



Vamos supor que a inflação seja de 40% e que a NTN-B pague inflação mais 7%. Naquele ano, se a inflação for de 40%, o juro nominal que a NTN-B vai pagar é de 47% — correspondente à inflação mais 7%. Mas 15% de imposto sobre 47% é mais do que os 7% de ganho real. Então, mesmo a NTN-B não protege contra a inflação, ou seja, a inflação é funcional para resolver o conflito distributivo, se não conseguirmos resolvê-lo de forma civilizada.

Há a questão das reservas, que eu não comentei.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu quero usar as reservas.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Para quê?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Para resolver a crise fiscal do Brasil.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Não dá! Não dá! Por que não dá? Eu vou dar um exemplo mais concreto, sem usar as reservas: o pré-sal. Todo mundo fala que vai usar o pré-sal para a educação, não fala? Pois isso é bobagem.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Isso é um troco.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Se for um troco, dá para usar, mas aí não resolve o problema.

Nós queremos usar 10% do PIB na educação, não queremos? Nós já gastamos 5%. Então, vamos supor que nós vamos tirar os outros 5% do pré-sal. Professor come petróleo? Não. Escola come petróleo? Não. Então, como eu vou pegar 5% do PIB de pré-sal e colocar na educação? Eu vou ter que pegar o óleo que eu produzo, vender...

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - São *royalties*.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Claro. Mas esses *royalties* saem do óleo que eu vendo, porque há a partilha... Eu vendo o óleo, e esse dinheiro em dólar entra no PIB. Eu posso pagar professor com dólar? Eu posso dar dólar para professor? Não. Posso pagar construção de escola com dólar? Não. Eu vou ter que trocar os dólares por reais. Ao fazer isso, eu vou valorizar o câmbio espetacularmente, e a indústria vai acabar.

Qual é a única forma possível de usar o pré-sal para gastar na educação? Vamos supor que eu crie um programa que incorpore todos os alunos brasileiros. Isso seria uma ideia meio maluca, mas seria uma ideia legal. Vamos supor que eu



tivesse 5% do PIB, de pré-sal, para pagar escola. Eu escolho a Europa, cuja população está caindo, mas cujo ensino é bom, pego os pobres brasileiros, as crianças brasileiras e as deixo por 5 anos na Europa. Eu pego toda a população brasileira, mando para as escolas europeias, e aí pego o dólar da produção do pré-sal, pago as escolas e educo as nossas crianças fora do Brasil. Aí dá para gastar dinheiro do pré-sal para financiar a educação. Por quê? Porque petróleo é um bem *tradable*, transacionável. A única forma de eu usar uma coisa transacionável para gastar num serviço que é não *tradable* é fazer uma mágica para o serviço não *tradable* se tornar *tradable*. E qual é a mágica? É mandar as pessoas estudarem noutro lugar; aí se tornou um serviço *tradable*.

Com a reserva é mais ou menos assim. Eu tenho 350 bilhões de dólares no Banco Central. Se vou pagar salário, vou ter que vendê-los. Vou gerar uma valorização, e esse câmbio vai para 1. A indústria acaba.

(Não identificado) - Mas hoje já se utiliza o petróleo para financiar algumas coisas.

O SR. SAMUEL PESSÔA - Mas usamos pouco, mas ajuda a valorizar o câmbio.

O SR. RAUL VELLOSO - Posso adicionar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O Sr. Raul Velloso vai fazer suas adições finais.

O SR. RAUL VELLOSO - Em relação ao dólar, como ele disse, há outro problema. Eu disse: “*Vamos nos fincar na política de controle do gasto, e dane-se*”. Ora, quando disse isso estava dizendo “dane-se”, porque nós temos, sei lá, 350 bilhões de dólares de reservas. As reservas também têm um efeito — e não podemos desprezar — de aumento de lastro de credibilidade. Eu não posso queimar reservas sem pensar que elas têm esse papel. Por que nós podemos nos dar o luxo de fazer essa política? Porque, se vier o começo de um ataque especulativo, eu tenho como reagir a isso.

O segundo ponto que eu acho que é importante, Samuel, é lembrar que, da mesma forma que falamos mal dos Estados, que estão quebrados, que vão virar a Grécia — e quero que o Deputado Perondi escute isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Darcísio Perondi, o expositor está chamando a atenção de V.Exa.

O SR. RAUL VELLOSO - Estou falando principalmente para ele. Da mesma forma que os Estados estão quebrados, não sei o quê, gente, vamos olhar para a União! No ano passado, o déficit foi de 118 bilhões. Neste ano será de quanto? A única diferença é que existe lá o Banco Central com a maquininha, onde se pode fazer, via compromissada, e ninguém nem percebe, o financiamento do déficit.

Nós queremos continuar com isso? Os senhores acham que dá para continuar com isso por muito tempo? Não. Nós temos de fazer isso porque o déficit está aí, o caminho da explosão está aí, só que ninguém quer ver.

Esse foi um pequeno complemento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O Prof. Samuel ainda tem alguma coisa a acrescentar? *(Pausa.)*

O Prof. Velloso também não? *(Pausa.)*

Então, agradecemos muito a presença dos dois. Se pudéssemos, ficaríamos a tarde toda aqui recebendo essa aula tão importante para o nosso entendimento e o de todos aqueles que estão nos assistindo via Internet.

Mas, diante de fatos relevantes que estão acontecendo, inclusive uma sessão ordinária que talvez aconteça, dependendo da votação, eu queria dar como encerrada a nossa reunião.

Não vai haver votação de requerimentos, porque não há quórum para isso.

V.Exa. quer fazer mais alguma observação, Deputado?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Há quórum, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sim, mas os Deputados que saíram gostariam de votar.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Poderíamos votar pelo menos os requerimentos. Eu queria lembrar que o Deputado José Carlos Aleluia fez questionamentos, e foi dito que não seriam votados os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Não há esse quórum. Nós faremos na nossa próxima reunião, que deverá acontecer no dia 12, e haverá tempo para incluí-los.



O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, acho que podemos encerrar definindo que não se vai votar, mas não por problema de quórum, porque há 26 presentes. Se não houver votação nominal para se derrubar o quórum, há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Não, o quórum é regimental para isso.

V.Exa. quer que se faça a votação?

O Plenário deseja votar os requerimentos? É um processo mais demorado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A Comissão não terá tempo para atender todos os requerimentos. Isso acontece normalmente em todas as Comissões. Acho que nós poderemos aprová-los. E, se der tempo, nós vamos aproveitar, porque há um problema de data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Os requerimentos têm que ser votados um a um.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Há alguns requerimentos que estão chegando tarde. Se houver tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O.k. Ninguém vai pedir verificação nominal, então? Está bem.

Havendo quórum, vamos passar agora à apreciação dos requerimentos pautados. Nós precisamos fazer a leitura deles. Isso é regimental.

Item 1. Requerimento nº 55, de 2016, da Deputada Erika Kokay, que requer a realização de audiência pública para discutir a repercussão negativa que a aprovação da PEC 241 terá na execução das políticas sociais com os seguintes convidados: Evilásio Salvador, Economista e Professor do Departamento de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade de Brasília; Vagner Freitas, Presidente da CUT — Central Única dos Trabalhadores; Adilson Araújo, Presidente da CTB — Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Vicente Faleiros, Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Brasília; José Antonio Moroni, Membro do Colegiado de Gestão do INESC — Instituto de Estudos Socioeconômicos; Marcelo Neri, Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas; Daniel Arias Vazquez, Professor da Universidade Federal



de São Paulo — UNIFESP; e com um representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social.

Alguém deseja discutir o requerimento? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento da Deputada Erika Kokay.

Item 2. Requerimento nº 56, de 2016, do Deputado Subtenente Gonzaga, que requer a realização de audiência pública, em Minas Gerais, com as seguintes autoridades e representantes das entidades de classe dos trabalhadores do Estado de Minas Gerais: Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini; Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais, Cel. BM Luiz Henrique Gualberto Moreira; Secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães; Secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais, Professor Savio Souza Cruz; Secretária Estadual de Educação de Macaé, Sra. Maria Evaristo dos Santos; Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Dr. Hebert Carneiro; Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais (ASPRA PMBM), Sgt. Marco Antônio Bahia Silva; Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (AOPMBM), Ten. Cel. PM Ailton Cirilo; Presidente da União dos Militares do Estado de Minas Gerais (UMMG), Sr. César Braz Ladeira; Presidente do Centro Social de Cabos e Soldados da Polícia Militar de Minas Gerais (CSCS), Sgt. Álvaro Rodrigues Coelho; Presidente do SINDPUBLICOS/MG, Sr. Carlos Alberto Nogueira; Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais (SINDIFISCO-MG), Sr. Lindolfo Fernandes de Castro; Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Minas Gerais (SINDPOL-MG), Sr. Denilson Martins; e Presidente do Sind-UTE, Sra. Beatriz Cerqueira.

A Secretária está esclarecendo que não pode ser audiência pública, mas pode ser a realização de encontro ou seminário.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - V.Exa. deseja fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Desejo.



Ontem, eu conversei com o Presidente sobre isso. Há pouca probabilidade de esse evento ser realizado, mas eu acho fundamental que se aprecie esse requerimento, porque, em havendo possibilidade de realização, ele já estará aprovado.

Quero só fazer uma correção na leitura: o convite não é para a Secretária de Educação de Macaé, mas para a Secretária de Educação de Minas Gerais, que se chama Macaé Evaristo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Ah, sim. Isso será corrigido.

Bom, o autor do requerimento já teve a palavra. Algum Deputado deseja encaminhar? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazê-lo, vamos à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 57, de 2016, de autoria de V.Exa. Pergunto se V.Exa. também o mantém?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Mantenho, Sr. Presidente. É um requerimento para a realização de audiência pública aqui em Brasília, com a participação das entidades nacionais.

Eu peço para incluir no requerimento o nome do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Sr. João Ricardo dos Santos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O.k. Considere-o incluído.

Item 3. Requerimento nº 57, de 2016, do Deputado Subtenente Gonzaga, que requer a realização de audiência pública, com representantes das seguintes entidades: ANASPRA — Associação Nacional dos Praças Policiais e Bombeiros Militares, Sr. Elisandro Lotin de Souza; ABC — Associação Brasileira de Criminalística, Sr. Brunno Telles; APCF — Associação de Peritos Criminais Federais, Sr. André Luiz da Costa Morisson; FENEME — Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais, Sr. Marlon Jorge Tezza; AMEBRASIL — Associação dos Militares do Brasil, Sr. Elzio Nagalli; ANPR — Associação Nacional dos Procuradores da República, Sr. José Robalinho Cavalcanti; CONAMP — Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Sra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; FENAPRF — Federação Nacional dos Policiais Rodoviários



Federais, Sr. Pedro da Silva Cavalcanti; FENAPF — Federação Nacional dos Policiais Federais, Sr. Luís Antônio de Araújo Boudens; CNCG — Conselho Nacional dos Comandantes Gerais, Sr. Marco Antônio Bianchini Badaró; e ANERMB — Associação Nacional das Entidades dos Militares do Brasil, Sr. Leonel Lucas.

E mais o convidado que já foi incluído no requerimento.

O autor considera feito o encaminhamento ou quer falar mais alguma coisa?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Só quero dizer que, ainda que seja para prepará-los para essa nova realidade, nós temos que dialogar com esses segmentos, porque de alguma forma eles terão que vivenciá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O.k.

Algum Deputado deseja encaminhar? *(Pausa.)*

Não havendo quem deseje encaminhar, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4. Requerimento nº 58, de 2016, do Deputado Danilo Cabral, que requer a realização de audiência pública, com a finalidade de ampliar o debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, com a participação da Comissão de Educação, ouvindo as seguintes entidades e organizações da sociedade civil e governamentais: Sr. Mendonça Filho, Ministro da Educação; Eduardo Deschamps, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED; Roberto Franklin de Leão (SP), Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação — CNTE; Alessio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação — UNDIME; Carina Vitral, Presidente da União Nacional dos Estudantes — UNE; Divina Lúcia Bastos, Coordenadora-Geral de Políticas de Educação do Campo — CGPEC/MEC; e Ângela Maria Paiva Cruz, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES.

Como o autor não se encontra, consulto o Plenário se alguém deseja encaminhar. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazê-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 58, de 2016.



Não havendo mais quem queria fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes mais uma vez agradeço muito aos nossos palestrantes pelas brilhantes exposições, que foram importantíssimas contribuições para o debate sobre essa PEC fundamental para o destino econômico do Brasil nos próximos anos.

Convoco reunião extraordinária para o dia 12 de setembro, segunda-feira, às 14h30min, em plenário a ser oportunamente informado, assim como os nomes dos palestrantes do dia.

Está encerrada a reunião.